



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ATA N.º 39/XIII-3º/2021-25

1 - Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e três, pelas 21H15, nas instalações do Vitória Clube Quintinhas, sitas na rua Eugénio Salvador, nº 46, na Freguesia da Charneca de Caparica, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de setembro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia;
- 3 - Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento da Assembleia Municipal;
 - 3.2 – Eleição de Representante da Assembleia Municipal para a Subcomissão de Segurança e Proteção do Bem-Estar Animal da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC);
 - 3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato-Programa Wemob, S.A. 2023”;
 - 3.4 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;
 - 3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adesão do Município à Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES)”;
 - 3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU do Pragal, por um período de dois anos”;
 - 3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU do Monte de Caparica, por um período de dois anos”;
 - 3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Sobreda (26 de setembro de 2021 a 25 de setembro de 2022)”;
 - 3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Pragal (22 de agosto de 2021 a 21 de agosto de 2022)”.

2 – Instalou-se a Mesa da Assembleia Municipal constituída pelo Senhor Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1º Secretário Ivo Almeida e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Sónia Tchissolle Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD) Luis Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia Municipal, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Inês Pezarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS); António Paulo Júnior (CDU); António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); António José Olaio da Silva (CDU); Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD) e Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD); Pedro Miguel Celestino Pereira (BE);

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Palhotas Pacheco;

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais em vigor, registou-se a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU);

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Vereadora Francisca Parreira, do Senhor Vereador António José Matos, do Senhor Vereador José Luís Bucho, da Senhora Vereadora Helena Azinheira e da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua.

4.3 –Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “A devolução do IRS”, enviado para a Câmara Municipal em 13/01/2023, foi respondido em 18/09/2023;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) “Solicitação do documento contendo o levantamento do estado de conservação do parque escolar municipal à data da transferência de competências da Administração Central para a Administração Local”, enviado para a Câmara Municipal em 16/06/2023, ainda não foi respondido;

4.3.3 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Pedido do estudo realizado sobre os fogos de artifício sem ruído”, enviado para a Câmara Municipal em 22/06/2023, foi respondido em 18/09/2023;

4.3.4 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre o plano para as matilhas de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 22/06/2023, foi respondido a 21/08/2023;

4.3.5 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre “Implementação do Programa Cheque Veterinário”, enviado para a Câmara Municipal em 31/08/2023, foi respondido em 21/09/2023;

4.3.6 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Alteração do artigo do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem Urbana de Almada que define a proibição de alimentação de animais de rua”, enviado para a Câmara Municipal em 18/09/2023, ainda não foi respondido;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.3.7 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Solicitação dos relatórios de monitorização por parte da Câmara Municipal de Almada e dos SMAS, à vala do 2º Torrão, elaborados e assinados entre 2020 e 2022”, enviado para a Câmara Municipal em 31/05/2023, ainda não foi respondido;

4.3.8 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Beatriz Ferreira (PSD), sobre “Manutenção dos equipamentos desportivos do Município de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 06/09/2023, ainda não foi respondido;

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas nº 36 e 37/XIII-2º e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os/as senhores/as múncipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência à questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os múncipes que não queiram expor a sua situação de forma pública.”

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Pedro Miguel Cordeiro, João Rocha, Luís Filipe Pereira, Lurdes Soares, Miguel Duarte.

5.2.1 – O Senhor Múncipe Pedro Miguel Cordeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em 13 de dezembro de 2022, no Jardim do Complexo Municipal dos Desportos de Almada, ruiu um talude. Um talude que tinha sido intervencionado há alguns anos quando foi a obra do referido Jardim e Complexo Municipal.

Quando este talude ruiu, ruíram também os muros das casas vizinhas, da rua Brigadeiro Baptista de Carvalho, sendo este o resultado final. Ficaram três casas da rua, com as traseiras em mau estado. De referir que estas casas estão lá desde 1962, não foram feitas quaisquer obras, e, portanto, a última intervenção a ser feita nesses taludes, foi feita pela Câmara Municipal e implicou a redução da cota dos taludes e portanto, o aumento do declive e que levou ao que longo dos anos tivesse havido uma erosão e levou a este problema.

Qual é a Questão? Neste momento, a situação continua exatamente da mesma forma. Não foi feito nada nem sequer foi colocado uma fita a indicar um perímetro de segurança. Um dos vizinhos que a casa tinha caído dirigiu-se a um jardineiro e durante um dia ou dois, houve uma fita, também por insistência penso que da parte da Junta de Freguesia e já desapareceu e não há absolutamente nada.

Eu fiz incansavelmente vários contactos à Câmara Municipal, com emails, contactei inclusivamente o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para ter indicações do que deveria ser feito, tenho aqui um email do LNEC em que o Senhor Diretor do Departamento Geotecnia diz por exemplo que: “entretanto, recomenda-se a proteção com telas de plástico dos taludes expostos, para minimizar a exposição à pluviosidade”, nós neste momento estamos a aproximar da altura das chuvas e isto continua assim desta maneira.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu gostava de referir uma coisa muito simples, que é o seguinte: no momento que isto tudo ruiu eu estava no meu quintal, e tinha ido pedir uma escada emprestada ao vizinho e por milagre, tomei a decisão de não pôr a escada onde poria no final do quintal e pus porque estava a chover. Se neste momento, eu tivesse caído, se calhar havia implicações políticas completamente diferentes porque eu tinha morrido, mas neste momento ainda pode acontecer isto. Porque nós aqui podemos ver e isto foi amplamente difundido e enviado para a Câmara Municipal, já depois da derrocada original, já houve uma pequena derrocada no muro do meu vizinho. E quando este muro ruiu, e eventualmente é o curso natural das coisas, nós temos aqui estas setas que indicam as pessoas no jardim costumam sentar-se a conviver e onde vêm passear os cães e aqui é um campo de ténis e que está perfeitamente ao alcance de qualquer elemento que se projete daqui. Não há volta a dizer, nem uma fita vermelha.

Durante todos estes meses, está quase a fazer um ano, o único contacto que eu tive da Câmara Municipal, foi já bastantes meses depois, a 24 de abril de 2023, a dizer que eram sensíveis o assunto. Depois disso nada. Curiosamente, e quero acreditar que é por coincidência, nos últimos três dias antes dessa reunião e depois de ter feito a minha inscrição, tive dois contactos por parte da secretária de um senhor vereador e também de um adjunto da Senhora Presidente, a indicar-me que no próximo mês isso iria ser tudo resolvido e que estava para concurso público. Pergunto uma coisa, eu percebo que as coisas demoram imenso tempo e são complicadas de resolver a nível de concurso, mas o que eu pergunto é: há questões que são de emergência, e se houvesse um sismo amanhã, também punham a concurso público para salvar as vítimas?

Isto está tudo amplamente documentado e enviado para a Câmara Municipal relativamente ao que se tem passado.”

5.2.2 – A Senhora Múncipe Sofia Soeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O assunto que me traz aqui hoje, tem a ver com o estado em que se encontra a pavimentação do Largo 1º de Maio, na zona velha de Almada, junto ao jardim do Castelo.

Infelizmente, é uma situação, não sei se os senhores conhecem o local, mas é uma situação que eu já lá moro há quase trinta anos, e não carece de intervenção estrutural há mais de cinquenta, por aquilo que me dizem. É um piso que está muito degradado, constantemente há pedras soltas, o piso está muito polido. Desde 2015 que eu ando a tentar por via de emails contactar o anterior executivo e já a este executivo, desde o primeiro mandato, não tenho tido resposta nenhuma a não ser que a minha situação está em análise no departamento certo, mas não dão qualquer resposta. Como sabem aquela é uma zona envelhecida, agora já não vivem lá tantos idosos, mas já lá viveram bastantes e bastantes caíram, eu inclusive cai, o meu marido tem mobilidade reduzida tem que descer a rua com bastante cuidado e a andar porque às vezes tropeça e cai, várias vezes foram lá colocados pinos para delimitação do estacionamento, também sinalização vertical, mas nada é feito em relação ao pavimento em si, que continua a não sofrer qualquer intervenção estrutural e de fundo que resolva. O que acontece é que quando colocam lá esse tipo de coisas, às vezes até as pedras soltam-se e continuam assim.

Quando há algum cano que rebenta, é colocada areia, é colocado pedras que continuam soltas, e isto vai continuando anos e anos e é uma situação que eu honestamente gostaria de apelar às entidades que considero competentes para o efeito, que resolvam porque eu não consigo entender como é que à volta há intervenções de outra natureza e naquela zona em particular, que até é uma zona histórica, vamos crer que seja histórica pelo que é, e não histórica por não ter intervenção estrutural de fundo.

E hoje venho aqui apelar de facto, que conseguissem dar-me uma resposta, porque é que não é feita uma intervenção de fundo naquele piso, no pavimento daquele Largo que tanto merece.”

5.2.3 – O Senhor Múncipe João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por agradecer ao atual executivo, na pessoa da Senhora Presidente Inês de Medeiros, a excelente obra em terrenos de mobilidade realizada na Sobreda, mais concretamente na zona antiga desta Vila - vulgo a Rua



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Petrónio Amor de Barros, Jaime Cortesão, Rua da Liberdade, Largo 25 Abril e Azinhaga conhecida por Estrudinhas, respetivamente, vindo também esta obra, a disciplinar o trânsito e estacionamento nas áreas limítrofes destas ruas.

Todavia, as ruas mencionadas no parágrafo anterior, não poderiam continuar por muito mais tempo, neste estado lastimável/abandono, em que se encontravam sem passeios e bandas subelevadas, durante várias décadas, originando esta situação, vários atropelamentos a munícipes residentes nestas. Alguns destes com gravidade, deixando por vezes marcas bem visíveis aos visados. Ternos inclusive conhecimento de um caso concreto de atropelamento, de uma Munícipe que ficou paraplégica.

Acrescento também que, na reunião de Câmara deste Município, do passado dia 3 julho, foi levado a sessão de Câmara, o projeto de requalificação do espaço, onde se fazia a feira anual da Charneca de Caparica, pelo facto deste local, não possuir as condições mínimas de segurança e higiene, para os cidadãos que frequentavam assiduamente este local, o qual aparentava ser mais espaço para animais, do que uma zona de lazer para seres humanos, acontece, aquando da votação desta proposta, houve uma força política que optou por se abster nesta votação, no intuito de apenas provocar mais uma vez, o atraso/desenvolvimento em termos de mobilidade e demais situações, desta União de Freguesias - Charneca de Caparica/Sobreda, continuando os Charnequenses e Sobredenses, a serem ainda considerados na mente desses senhores, uns filhos bastardos, provavelmente, já não se recordam que este tipo de tratamento teve o seu término em 2017, atualmente somos tratados de igual modo, como são todos os cidadãos deste Município.

Quero também acrescentar que, foi recentemente inaugurado o polo Secundário da Escola Carlos Gargaté, com capacidade para cerca de 300 alunos, estando este, já equipado com laboratórios para as disciplinas de Biologia e Física ou Química, ultramoderno, para o próximo ano escolar. Acontece que, desde o início da construção deste, no ano transato, houve sempre uma força política a reclamar esta obra, por este facto não é de estranhar que, este tipo de reclamação, sirva apenas para desvalorizar o excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo atual Executivo, tanto ao nível da Sobreda, bem como na Charneca de Caparica.

Termino, constatando que a situação das Augis, sediadas neste Concelho, finalmente, navegam com o rumo certo, sem alteração ou desvio deste, até ao seu porto de destino, o qual tem a denominação de “Abandonados”, “sito nas Ilhas das Desertas, situadas a cerca de 20 milhas náuticas, a Sudeste da Madeira”, estou-me a referir aos processos respeitantes à década de 90, até ao ano de 2017, respetivamente, ficando a legislação relacionada com esta matéria, por lá esquecida nalguma secretária deste Município, a aguardar melhores dias e, assim viveram os responsáveis das Augis, durante mais de quatro décadas, com esta bola de ping-pong, do passa para lá e para cá.”

5.2.4 – O Senhor Munícipe Luís Filipe Pereira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tinha pensado vir a esta importante Assembleia, falar de luzes que não acendem, de relógio que não dá horas, de museu que não abre ao público, de telefone de contacto que ninguém atende, de placa que indica Polo de Biblioteca que já não existe, e de outras coisas que ficam para uma outra oportunidade. Porque há dois dias li sobre um recorde horrível, morreram trinta e oito crianças palestinianas este ano na Cisjordânia, o número foi atingido no início de setembro. Esta denúncia foi feita pela organização não governamental Save the Children, que sublinhou que este é o segundo ano em que se regista um número record de crianças palestinianas mortas na Cisjordânia. O que reflete o agravamento da situação de segurança de todo um povo, com particular incidência sobre as crianças nos territórios palestinianos ocupados, em resultado da violência israelita.

A Save the Children, refere também, que para além das mortes na Cisjordânia, seis crianças morreram na Faixa de Gaza, elevando o número de crianças mortas. Estamos perante o ano mais mortífero na Cisjordânia a vários meses ainda do final de 2023.

As autoridades israelitas, mantem nas suas prisões, mais de cinco mil palestinianos sendo que duzentos são crianças. A comunidade artística palestiniana, também é vítima desta opressão e violência.

É, pois, neste contexto, que fico perplexo e estupefacto, com o anúncio da Plataforma Coreográfica Internacional Destaque Israel, cuja atuação decorre neste momento, no Fórum Romeu Correia, mais concretamente, no Auditório Fernando Lopes Graça, inserido na quinzena de Dança de Almada, com o apoio da Embaixada de Israel



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

em Portugal, o Ministério da Cultura de Israel, e o apoio da Lotaria para a Cultura e a Arte. A Companhia de Dança de Almada, também é financiada pela Câmara Municipal de Almada.

Como é possível, que aconteça o branqueamento e normalização de um Governo genocida e racista. Deixo aqui o apelo à solidariedade, para com a resistência palestina contra o regime colonial israelita.”

5.2.5 – A Senhora Múnicipe Lurdes Soares:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Lurdes Soares e sou representante da Associação “Onde há Gato não há Rato”.

Venho por este meio solicitar, tal como já tinha enviado para a Câmara Municipal, a colocação de lombas na rua da Associação onde existe o Centro de Acolhimento Temporário.

Nos últimos anos temos observado o aumento do número de mortes de animais atropelados nesta rua, sobretudo desde que se mudaram os vizinhos para o fundo da rua. O último atropelamento foi do nosso mais antigo gato sénior Ben, que conseguimos salvar após um forte investimento financeiro e um sofrimento atroz para o animal. O atropelamento causou uma grande revolta entre os voluntários da associação, de referir que os nossos voluntários são na sua maioria jovens estudantes porque estamos muito perto da Universidade e por serem jovens estranharam muito que, ao enviarem um email para a Câmara Municipal, não tivessem obtido qualquer resposta. Também fiquei chocada, porque enviar um email diretamente para o Departamento da Mobilidade e nenhum deles, portanto, foram falando no grupo dos voluntários, nenhum deles recebeu qualquer resposta por parte da Câmara Municipal. Consideramos nós, que é triste que a administração não seja capaz de responder aos munícipes que solicitam melhorias na sua comunidade. Ver morrer animais atropelados porque os vizinhos do fim da rua passam a uma velocidade de rally é desesperante, todos os dias e a todo o momento e não podemos tolerar.

Esta é uma rua onde existem animais, é verdade, é uma rua sem saída, e a maior parte dos animais que lá existem foram animais que alguém foi lá deixar. Portanto, as pessoas sabem que a associação está ali, fazem o abandono lá. Mas também existem crianças, existem pessoas idosas, a mais velha com mais de 100 anos e um dia poderá, esperemos que não, haver uma tragédia maior.

Acreditamos que a colocação de lombas, de sinal de limitação de velocidade, poderão ser uma solução para este problema, já que as lombas diminuiriam a velocidade dos carros, tornando a rua mais segura para os animais e para as pessoas.

Então, gostaríamos assim de pedir à Câmara Municipal que considere a nossa solicitação, estamos dispostos a trabalhar como estamos ao longo de mais de dez anos, a trabalhar com a Câmara Municipal para encontrar soluções que sejam eficazes e seguras para todos.

Ainda sobre a não resposta aos emails, parece que se tornou numa prática comum, pois enviamos emails muitas vezes alguns até positivos, conseguimos este ano após um duro trabalho, conseguimos ser a única associação de animais legalizada após uma inspeção do ICNF, fizemos um esforço descomunal, obrigada a todos aqueles que ajudaram, foram muitos, porque o valor das obras foram imensas, incluíam um trabalho grande, achamos por bem convidar todas as Juntas de Freguesia e convidar quer a vereação quer a própria Presidente da Câmara Municipal, a informar que o Concelho tinha então uma associação legalizada. Até hoje, apenas o executivo do Monte de Caparica, respondeu ao nosso convite. Eu trabalho na Administração Pública e temos todas respostas automáticas que podem ser dadas e que ficam bem. Portanto, também os emails que fazemos desesperantes muitas vezes para assuntos de solicitar que seja normalizada a verba para podermos continuar a esterilizar, sabemos que as coisas nem sempre são como nós queremos, mas obter uma resposta de incentivo, é bom porque trabalhamos voluntariamente.

Portanto, esta não resposta deixa-nos tristes. Portanto, deixamos aqui a nossa palavra e a nossa vontade de que queremos trabalhar em parceria com a Câmara Municipal, para podermos fazer melhor como fazemos há mais de dez anos, antes de ser associação já trabalhávamos com a autarquia, independentemente da cor política que esteja. A Associação “Onde há Gato não há Rato” trabalha em prole dos animais deste Concelho e trabalhou sempre gratuitamente.

Temos uma funcionária ao abrigo do protocolo que está assinado entre a Autarquia e a Associação para o Programa “Ser”. Efetivamente fazemos os nossos relatórios públicos, os relatórios de contas que são todos disponíveis no nosso site.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.2.6 – O Senhor Munícipe Miguel Duarte:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha presença, com muito gosto, nesta sessão da Assembleia Municipal, tem por finalidade colocar a V. Exa. algumas questões de interesse para esta Freguesia.

A primeira, relaciona-se com a via pública, mais concretamente com as ruas ou melhor com muitas ruas residenciais. Fazendo um pouco de história, há 25 anos atrás, muitas ruas da nossa Freguesia eram como se usa dizer, de terra batida em que de inverno a lama era a senhora predominante e de verão o pó era o companhão de route.

No período compreendido entre 1989 e 1997, em que tive a honra de exercer o cargo de Vereador deste Município, foram efetuadas um conjunto muito significativo de intervenções em inúmeras ruas numa articulação com o Vereador de então com o Pelouro das Obras Municipais, Henrique Carreiras, que há muito não tenho tido o prazer de o ver e que espero que esteja bem, melhorando, assim, com a aplicação da chamada rega asfáltica a qualidade de vida das pessoas residentes nessas ruas intervencionadas e que foram muitas nesta Freguesia.

A esta ação, juntou-se um programa de reabilitação denominado OIDPS — Operação Integrada da Península de Setúbal, muito bem aproveitado pela Câmara Municipal e que veio ainda mais dignificar muitas zonas residenciais essencialmente com lotes destacados.

Podemos dizer que se podia ter optado por outra solução mais duradora, mas não vale a pena estar a desenterrar os mortos, porque foi feito nessa altura o que era possível fazer e foi bem feito, embora fosse uma situação provisória, carecendo, posteriormente, da conclusão definitiva do piso do arruamento.

E foi essa conclusão definitiva, que apesar dos anos decorridos nunca chegou e continua a existir, hoje na Vila da Charneca de Caparica, ruas que não são dignas desta Terra de gente trabalhadora, desta terra onde a qualidade de vida é uma aposta muito forte, onde a segurança é uma realidade e a procura para vir viver para a Charneca está patente nos números do recenseamento. Estamos sempre a tempo de melhorar e este o tempo para o fazer.

Por tudo isto, Senhora Presidente da Câmara e mais haveria a dizer, eu que tenho três nacionalidades internas, um Alcacereense cuja cidade é a mais bonita a seguir a Lisboa, mas também sou, igualmente um Almadense em cujo Concelho resido há 55 anos e onde como sabe continuo a exercer várias funções sociais.

Mas é para a minha Terra adotiva, a Charneca de Caparica, que me acolheu há 35 anos, onde apesar dos meus 75 anos, trabalho todos os dias, proprietário de uma empresa que pagou em 2022, 1.086,79€ de derrama, onde reside a minha família, da qual fazem parte cinco netos e mais um bisneto que se Deus quiser e vai querer de certeza que irá nascer em Novembro e será mais um residente na Quinta Nova. E é para este Terra, dizia eu, que venho solicitar ao Executivo Municipal na pessoa de V. Exa. que no próximo orçamento do 2024 venha a ser inscrita uma dotação de um montante considerável para a recuperação das ruas da Charneca porque as pessoas merecem e como disse António Guterres as pessoas estão primeiro.

Todos os que estão aqui e muito dos outros que aqui não estão, sabem que a Câmara ter recursos financeiros para valorizar a qualidade de vida das pessoas o mesmo é dizer terem as suas ruas iguais às ruas da cidade, porque são contribuintes exatamente iguais.

Seria injusto, nesta minha intervenção, se omitisse o muito trabalho que já foi feito, em que a grande obra na Estrada Nacional 377 é um exemplo inquestionável, assim como a percurso que liga a Lazarim a Vale de Figueira passando pela Escola Daniel Sampaio e mais recentemente a intervenção na Sobreda na Rua Petrónio Amor de Barros para citar apenas estas três porque muitas outras há.

Um segundo aspeto que quero aqui abordar tem a ver com a qualidade do espaço público, mais concretamente as ervas que inundam as ruas da nossa Freguesia e por mais que se façam ações para a sua eliminação, o trabalho é inglório, porque passadas poucas semanas se lá voltarmos ninguém acredita que foi efetuado um desbaste dessas mesmas ervas. Ora hoje há produtos biológicos amigos do ambiente que produzem um excelente trabalho na eliminação das infestantes não havendo qualquer razão para sua não aplicação. Os ambientalistas que só sabem é criticar gritar e que muitos não trabalham que venham então arrancar ervas a mão.

Mas é muito fácil dizer para fazer, mas os outros que façam.

Um terceiro aspeto, que aqui me trás relaciona-se com a limpeza pública, para solicitar, igualmente, ao Executivo Municipal, na pessoa de V. Exa., que no próximo orçamento para 2024 seja inscrito um valor para a aquisição



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de duas varredoras mecânicas ou elétricas, uma para a Charneca e outra para a Sobreda, sendo estabelecida uma parceria entre a Junta de Freguesia e a Câmara em que esta adquire o equipamento e fornece o combustível e aquela assume os encargos com o pessoal manobrador do equipamento e os custos dos seguros.

Para terminar Senhor Presidente como não é pedir muito, mas apenas o necessário porque a nossa Freguesia que é a maior do Concelho merece este empenhamento da Câmara Municipal.

Finamente dizer-lhe que me vou deitar na minha cama, convictamente convicto que V. Exa. coloca a sua assinatura por debaixo da minha num gesto de total solidariedade com as propostas apresentadas.”

5.3 - Em resposta aos Senhores Municipais, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Margarida Ramires Paulos (PAN), Luís Filipe Palma (CDU), José António Rocha (BE), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, o Senhor Vereador Filipe Pacheco e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar uma palavra ao Senhor Luís Filipe, compreendo perfeitamente a sua indignação e solidarizo-me com o que disse aqui. Não conhecia o que disse e agradeço a sua intervenção.

Agradecer também à senhora munícipe Lurdes Soares, a Presidente da Associação “Onde há Gato não há Rato”, é uma associação que todos as pessoas que gostam de animais conhecem e reconhecem o trabalho em Almada, é uma associação que tem feito um trabalho enorme nesta área, não fosse a “Onde há Gato” existiriam muitos mais animais, gatos sobretudo errantes por esterilizar, doentes, fazem um trabalho muitas vezes de formiguinha, mas que aos poucos vai dando resultado. Ultimamente, e nos últimos anos a Câmara Municipal reconheceu isso, e tem ajudado também as associações locais, embora seja sempre pouco porque os pedidos são muito, muito numerosos.

Dizer também que, o PAN também solicitou à Câmara Municipal uma resposta sobre a colocação de lombas, enviamos um email diretamente ao Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, mas também não obtivemos resposta. E por isso fica aqui também o nosso apelo para que possa ser visto a possibilidade de colocação de lombas naquela rua, porque como podem compreender, quem trata de animais diariamente e tanto sacrifica em prole dos animais, depois de ver os animais mortos ou feridos à sua porta, é muito cruel e muito desgastante.

Portanto, fica aqui o nosso apelo para que possa ser estudado e colocado uma solução naquela rua.”

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha intervenção estava reservada para outro ponto da agenda de trabalhos, mas considerando a intervenção do senhor munícipe Pedro Cordeiro, reiterar uma vez mais a nossa preocupação relativamente a este assunto da derrocada que ocorreu em dezembro de 2022, na Alameda dos jardins do Complexo, naturalmente, em casas que se situam na rua Brigadeiro Baptista de Carvalho, no Feijó, tendo em conta tudo aquilo que já trouxemos em anteriores Sessões da Assembleia Municipal, onde este tema por nós foi abordado e foi questionado.

E, portanto, lamentar, mas mais do que o lamento, é a preocupação na garantia ou na falta dela neste caso, da segurança de quem ali habita e também de quem ali usufrui daquele espaço municipal que é um espaço de referência da nossa Freguesia.

Portanto, deixar aqui a nossa solidariedade naturalmente, mas mais do que a nossa solidariedade tal como os cidadãos, queremos a resolução dos problemas e penso que a resposta que nos foi dada anteriormente e que foi a mesma que foi dada ao cidadão, em que a Câmara Municipal responde que está em concurso público, situações de emergência sabemos nós, que não estão ao abrigo do concurso público, estão ao abrigo da resolução imediata destes problemas.”

5.3.3 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Apenas para nos associarmos às palavras que aqui foram ditas pelo senhor munícipe Luís Filipe Pereira, referenciando que a Quinzena da Dança é de facto um Festival com muitos anos em Almada e fortemente enraizado na comunidade e onde tem sido fortemente contestada esta pareceria com a Embaixada de Israel. Dizer que é lamentável este apoio a um país que continuamente massacra o povo palestino.”

5.3.4 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu ia fazer alguma consideração relativamente ao senhor munícipe Pedro Cordeiro. Tal como ele disse na sua própria intervenção, telefonaram-lhe não foi por causa da inscrição, porque estas coisas são processos que são muito demorados e efetivamente está prevista a intervenção para o próximo mês.

Sabemos das démarches que foram feitas pela Proteção Civil, do risco que foi calculado, e entretanto, depois dos processos desenvolvidos, há efetivamente como também já nos pareceu que tinha essa informação, vai efetivamente ser efetuada a intervenção de segurança dos taludes que aluíram.

Relativamente à senhora munícipe Sofia Soeiro, dizer que também temos pronta a muito curto prazo e aprovada uma empreitada geral nesta área da reabilitação e que se está avaliada pelos serviços esta necessidade de intervenção no Largo 1º de Maio, ela será abrangida também por essa empreitada.

5.3.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar peço desculpa deste meu atraso, mas fui de facto ao lançamento da nova edição da Quinzena da Dança.

Eu não ouvi o senhor munícipe, mas penso que tenha a ver com uma carta que nos foi transmitida e que eu penso que foi respondida hoje relativamente a uma petição e eu ouvi agora o senhor Deputado Municipal José Rocha.

Vamos ser claros, a Quinzena da Dança que eu penso que está na sua 31ª edição, é um evento do qual não só nos orgulhamos muito e que é organizado desde sempre pela Companhia de Dança de Almada. E há um princípio que nós respeitamos em todas as ações que apoiamos, é uma total autonomia de programação, portanto, eu não sei o que é que diria ao senhor Deputado Municipal José Rocha se de repente a Câmara Municipal comesse a fazer qualquer tipo de ação que se pudesse assemelhar a qualquer tipo de censura relativamente a uma programação. Portanto, isso é um princípio geral para todos os efeitos. O que diria se nós exercêssemos qualquer tipo de pressão ou de censura, de uma programação e não respeitássemos a total autonomia da programação.

Dar uma nota muito clara e eu aqui enquanto responsável da cultura em Almada, eu quero ser clara. Eu não tenho dúvidas nem sobre os valores que defendo, nem dúvidas sobre o sofrimento do povo palestino. Mas também sei que o que lá se passa precisa também que nós não esqueçamos das pessoas de Israel que também lutam por uma sociedade mais justa.

Por outro lado, e não vou abrir esse debate, isso também é uma questão de princípio. Por outro lado, seja qual for o motivo, quando se começam a censurar livros, cancelar livros, queimar livros, ou impedir a cultura de se exprimir, aí terão sempre a minha total oposição. A liberdade conquista-se com e pela cultura sobretudo, não tenham dúvidas sobre isso. E até estranho que seja o Bloco de Esquerda que anda aqui a propor censuras e qualquer tipo de cancelamento cultural. Eu peço desculpa, mas eu acho que o Bloco de Esquerda tem que começar a interrogar-se sobre os valores que defende.

Gostei de ver o Vereador do Bloco de Esquerda, hoje, no lançamento da Quinzena da Dança.”

5.3.6 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para esclarecer a Senhora Presidente desta Autarquia, que o Bloco de Esquerda nada tem contra a programação da Companhia de Dança e eu referi quando intervim, que é um Festival fortemente enraizado na



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

comunidade, a nossa posição tem sim a ver com o repúdio total e absoluto, ao massacre que tem sido feito ao povo da palestina, pelos israelitas. E, portanto, este apoio, esta simpatia para com a Embaixada de um país que comete estas atrocidades, quanto a nós é de total repúdio.”

5.3.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Câmara Municipal apoia a iniciativa, a Câmara Municipal não interfere com a organização da Quinzena. Eu penso que não posso ser mais clara.

Portanto, o Bloco de Esquerda pode repudiar o que entender e está no seu legítimo direito. Não pode é tentar confundir o que não é confundível. E, portanto, não compete à Câmara Municipal ir dizer à Direção da Companhia de Dança de Almada, que não pode convidar este ou aquele grupo, não pode ter este ou aquele apoio. A Companhia de Dança de Almada, tem total autonomia para a organização da Quinzena. Se o Bloco de Esquerda entender que devemos gerir a cultura de uma forma mais dirigista, que o diga claramente e se acha que devemos dar um visto prévio à programação cultural destas grandes iniciativas, também diga, que assim, pelo menos, todos sabemos qual é que é o posicionamento do Bloco de Esquerda.”

5.3.8 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente, agradecer o senhor município Miguel Duarte pelas palavras que disse relativamente a obras realizadas na Charneca de Caparica, e dizer-lhe que registamos o pedido que fez.

Relativamente às ervas não consegui ouvir porque a intervenção não se completou, mas admito que ia dizer que as ervas estão altas e crescidas, mas nós temos feito um esforço que aliás, sabe que temos feito, porque as condições são muito adversas com o herbicida que temos e o que não resulta como resultava com o que tínhamos anteriormente, mas estamos a fazer um esforço que também é visível, efetivamente na melhoria desse combate aos infestantes.

Ao senhor município João Rocha, agradecer também as palavras que disse e estaremos disponíveis para continuar a fazer o que é preciso e o melhor que podemos fazer.”

5.3.9 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma muito telegráfica respondendo à senhora município Lurdes Soares.

Em primeiro lugar, dar os parabéns para aquilo que é o trabalho que quotidianamente “Onde há Gato não há Rato” faz, não só a Lurdes Soares, mas toda a equipa de voluntários que diariamente se entregam a uma causa que a Câmara Municipal por reconhecer que é uma causa não só nobre mas também um trabalho que vai desenvolvendo como muito produtivo, nós também nos temos associado e temos feito um protocolo que anualmente temos continuado e que se manterá pensamos nós.

Mas, esta felicitação, obviamente, tem de reconhecer também, que aquilo que disse nós temos que ter algum acompanhamento. Nós registamos aquilo que foi a sua exposição relativamente à necessidade de lombas, eu aproveitarei e respondendo à questão dos dois convites que me fez, o primeiro convite eu só não pude ir por uma razão, porque essa semana eu estava de férias, mas sei que agora no final de agosto me fez um novo convite para ir a “Onde há Gato não há Rato” ao qual eu irei com muito gosto e até estenderei o convite também ao meu colega Vereador José Pedro Ribeiro e os dois certamente estaremos no local até para analisar também o pedido e perceber de que forma é que nós conseguimos, não sei se através de lombas ou através de outra forma, mas certamente que nós precisamos de ter ali algumas medidas de mitigação do trânsito ou pelo menos de redução da velocidade e trabalharemos juntos nisso. Fica aqui o compromisso.”

6 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Foi apresentado o seguinte Voto de Pesar:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.1.1 – Pelo Falecimento de Luis Patrão apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido Almeida (PS).

6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido Almeida (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No passado dia 16 de julho faleceu Luís Patrão, destacado e histórico dirigente do Partido Socialista, e então Secretário Nacional para a Administração e membro da sua Comissão Permanente.

Nascido a 08 de dezembro de 1954 na Covilhã e licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, Luís Patrão desempenhou, ao longo das últimas décadas e em diferentes momentos, relevantes funções na vida do Partido e do País, nomeadamente enquanto deputado às II e VIII Legislaturas, Chefe dos Gabinetes dos Primeiros-Ministros dos XIII e XVII Governos Constitucionais, Secretário de Estado da Administração Interna entre 1999 e 2000, Presidente do Turismo de Portugal entre 2006 e 2011, e, desde 2014, Secretário Nacional para a Administração e membro da Comissão Permanente do PS.

O seu notável percurso profissional, cívico e político no Partido Socialista e em diversas áreas da sociedade ficará sem dúvida registado na história da nossa democracia.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 21 e 22 de setembro de 2023, expressa à família, amigos do Dr. Luís Patrão e ao partido socialista as suas mais profundas condolências.”

6.1.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação do voto de pesar, tendo sido aprovado por unanimidade.

6.1.3 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.2 – Para apresentar uma Declaração Política usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU).

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No dia 15 de dezembro de 2022, no âmbito da discussão das Opções do Plano e Orçamento, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, e de outros documentos relativos à política de preços do Município para o corrente ano 2023, a CDU denunciou aquilo que se configurava já nessa altura, como um verdadeiro saque às finanças pessoais da generalidade dos almadenses, em particular pelos brutais aumentos dos custos com o consumo da água impostos pela atual maioria.

Bem gostaríamos de nos termos enganado nessa altura, mas a vida nestes nove meses que já leva o ano de 2023, vem infelizmente e inexoravelmente, dar razão à denuncia da CDU. São mesmos brutais os aumentos registados, atingindo em muitos casos mais de 50% de agravamento na fatura da água, face à situação vivida até final de 2022.

A maioria fez tábua rasa das mais de três dezenas de propostas que a CDU apresentou em sede de exercício do direito de oposição, todas elas apontando no sentido de que o Município de Almada assumisse em 2023, uma política de inequívoco e ativo apoio aos almadenses, canalizando no essencial os seus esforços de investimento para uma resposta positiva às necessidades básicas de todos como resposta a um quadro económico e social particularmente difícil e adverso, à grande maioria dos cidadãos e das famílias.

A opção do PS na Câmara Municipal, e da maioria política que os sustenta na governação do Município, foi ao contrário a de acentuar uma política puramente orientada no sentido do negócio e aumentar brutalmente os encargos impostos aos almadenses e às suas famílias, totalmente insensível, no caso da água, ao facto de estarmos a lidar com o bem essencial por excelência e indispensável, à sobrevivência de todas as espécies vivas incluindo a humana.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Os resultados concretos e nefastos desta opção, bem afinada pela cartilha ultraliberal e economicista que impera nos tempos que correm, entram agora de supetão pela porta e pela carteira de uma enorme maioria de dos almadenses.

Esta decisões do Partido Socialista e a sua maioria, fizeram aprovar e que nesta Assembleia Municipal apenas receberam o apoio político por parte do PAN, confirmam na sua aplicação concreta, a razão da posição política assumida pela CDU em dezembro de 2022, e tornam claro o imenso desligamento dessas decisões e de quem as tomou, face a qualquer preocupação, sensibilidade e principalmente solidariedade relativamente aos gravíssimos problemas de natureza social e económica, que afetam a generalidade dos almadenses.

Se era nessa altura, absolutamente cristalino, que as opções do maioria não passavam pela defesa dos interesses e dos direitos dos almadenses, não restam hoje dúvidas absolutamente nenhuma, sobre o êxito dos propósitos que as nortearam e que enunciaram, impondo o brutal aumento dos custos com o consumo de água à grande maioria dos almadenses, à crise acrescentaram apenas mais crise, e à asfixia e dificuldades económicas e financeiras das famílias, acrescentaram apenas mais asfixia e mais dificuldades que infelizmente são hoje pela mão do PS e desta maioria, uma realidade incontornável imposta a muitos milhares de almadenses.

Ai está, preto no branco, transparente e cristalina como a própria água que recebemos em nossas casas, essa realidade bem presente nas faturas do consumo de água, saneamento e tratamento de resíduos sólidos, que a grande maioria dos almadenses estão a receber em suas casas. A fatura com o custo da água pago pela grande maioria dos almadenses, aumentou brutalmente em 2023, em muitos casos bem acima dos 50% como a CDU denunciou que iria acontecer.

Mas como a CDU afirmou também em dezembro passado, esta não é uma inevitabilidade, este não é um caminho de sentido único, pelo qual temos obrigatoriamente de seguir, esta é uma opção política bem desenhada, bem determinada e conscientemente assumida pela maioria que governa Almada.

Uma opção política que não serve deliberadamente e objetivamente os interesses da comunidade que somos. Reiteramos, sobre esta realidade duas ideias que a maioria política em Almada nos procura impor como inevitabilidades, mas que não passam de pura mistificação, desculpas de mau pagador, aliás, que sustentam a teimosia em prosseguir esta política profundamente nefasta para a generalidade dos almadenses.

A primeira ideia, é de que não é possível a subsidiação das tarifas praticadas pelos Serviços Municipalizados. É possível sim.

Retomamos o parecer da Entidade Reguladora relativo ao tarifário proposto para 2023 pelos SMAS, para sublinhar que é precisamente aquela Entidade Reguladora, que admite expressamente, que a Câmara Municipal pode subsidiar o tarifário social para consumidores não domésticos. Ainda que esses tarifários não estejam previstos nos regulamentos gerais. Se é possível subsidiar essas tarifas, tem de ser possível subsidiar todas as restantes tarifas.

Dizemo-lo nós há muito tempo, diz também a Entidade Reguladora do setor no parecer que referimos. A decisão de não subsidiar o preço do consumo da água nas suas diferentes componentes, e impor os brutais aumentos que todos nós hoje sentimos, é por isso uma pura opção política que apenas responsabiliza quem a toma e quem a pratica, a atual maioria.

A segunda mistificação que a atual maioria nos procura impor é ainda mais significativa e importante. É que afinal, o Município não é obrigado a praticar uma política de subserviente ao princípio ultraliberal do utilizador/pagador, e não é sequer obrigado a seguir as recomendações que a própria Entidade Reguladora emite nesse sentido. Sendo tão só necessário, caso o Município entenda não seguir essa via, fundamentar essa decisão junta da própria Entidade Reguladora.

Voltamos a afirmar, como é fácil fundamentar essa opção, seria suficiente invocar o princípio constitucional da autonomia do Poder Local Democrático, conjugando esse preceito com a plena observação do artigo 2º, da Lei das Autarquias Locais, que estabelece que, constituem atribuições das Autarquias Locais, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Estava desta forma solidamente fundamentada uma decisão que protegia as populações de Almada. Mas tal não é a opção do PS e da sua maioria, que infelizmente, insiste em percorrer outros caminhos.

Concluimos, como o fizemos em dezembro de 2022, com o PS na Câmara Municipal de Almada há quase seis anos, acentua-se a cada ano que passa, um caminho de retrocesso da vida da nossa comunidade, que contrasta de forma cada vez mais flagrante e evidente para os almadenses, com o rumo de progresso e desenvolvimento, construído pelas populações e pela CDU, ao longo de mais de quatro décadas.”

6.2.2 – Para esclarecimentos usou da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.2.2.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a esta questão do tarifário da água, temos ouvido muitas questões, nomeadamente, a questão do brutal aumento do tarifário.

Irei apenas falar de números e abster-me de qualquer tipo de comentários ou de apreciações subjetivas, apenas de números, aqueles que são frios, mas capazes de serem analisados e interpretados corretamente por quem quer efetivamente, fazer uma boa interpretação.

Relativamente aos valores da cobrança da água, taxa fixa, taxa variável, saneamento taxa fixa, taxa variável, relativamente à comparação do período homólogo, referente a agosto de 2023, comparando com agosto de 2022, a receita dos SMAS aumentou 4,14%, abaixo da taxa da inflação.

Relativamente aquilo que é a insensibilidade social, deste executivo, aquilo que eu posso dizer relativamente ao tarifário social, antigamente abrangia um universo de mil e oitocentas pessoas, e neste momento abrange 13% dos clientes que representam treze mil clientes.

Portanto, isto representa um apoio estimado, que antigamente davam cento e oitenta mil e neste momento projetamos que seja de três milhões. São números, são factos, não há subjetividades.”

6.2.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou dar aqui uma nota, porque eu volto a ouvir coisas da parte da CDU e quero só partilhar a minha perturbação e incapacidade de responder.

Eu acho que muitos de nós nos recordamos de uma afirmação do antigo Vice-Presidente, que dizia com um ar indignado que quando não se concorda com a Lei, não se cumpre. E pelos vistos a CDU continua nessa lógica e a tentar fazer reduções que eu acho que a própria CDU sabe de certeza que são enganadoras.

Não, não é verdade. Não é verdade que, porque há o princípio da subsidiação da tarifa social e que é o caso, isso significa que se pode subsidiar tudo. Não é verdade Senhor Deputado Municipal João Galdes, e o Senhor sabe que não é verdade. Portanto, o Senhor Deputado Municipal pode dizer aquilo que gostaria que fosse, mas não é. E sobretudo não é porque sabe muito bem e porque tem muita experiência autárquica, sabe muito bem, que todas estas atividades têm que responder a entidades reguladoras como aliás, citou. Mas eu convidou-o então, a enviar uma pergunta à Entidade Reguladora, e se nos trouxer a resposta que for no seu sentido, eu terei todo o gosto em analisa-la e debater consigo. Mas que ao menos qualquer uma das suas declarações seja minimamente fundamentada e que não seja a sistemática tentativa de enganar os almadenses.”

6.3 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Recomendação “Proposta de Cerimónia Oficial para Comemorar o 25 de Novembro”;

6.3.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No próximo dia 25 de novembro, celebraremos o 48.º aniversário de um evento que moldou profundamente a história de Portugal: o 25 de Novembro de 1975. Esse movimento histórico foi crucial para conter a ala radical do Movimento das Forças Armadas, apoiada pela extrema-esquerda, e para definir o caráter pluralista e democrático do regime político e constitucional português. Ele marcou o fim da tumultuosa transição revolucionária que se seguiu ao 25 de Abril.

Foi um momento singular na história de Portugal, no qual o povo demonstrou sua firmeza ao não ceder às manobras táticas e estratégicas de uma minoria radical que poderia ter levado o país à beira de uma guerra civil. Portugal rejeitou uma visão autocrática e internacionalista, optando por um caminho diferente que o salvou de uma nova ditadura.

Este dia foi fundamental para que Portugal abraçasse de forma unânime uma política de integração europeia e ocidental, um entendimento que tem perdurado nos últimos 49 anos e é compartilhado pela grande maioria da população portuguesa.

Não podemos compreender completamente o significado do 25 de Abril de 1974 sem considerar o 25 de Novembro de 1975, e vice-versa. Esses dois eventos são interligados e sua complementaridade é essencial para entender nossa história.

Relembrar e celebrar o 25 de Novembro é não apenas uma questão de justiça histórica, mas também uma oportunidade de refletir sobre o presente e reconhecer o papel crucial de nossas Forças Armadas para garantir um futuro melhor para Portugal.

Desta forma o Grupo Municipal do Partido Chega propõe a realização de uma cerimônia oficial para comemorar o 25 de Novembro, com o mesmo respeito e dignidade dedicados a outras datas igualmente importantes, como o 25 de Abril.”

6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Recomendação sobre a criação de “Grupo de Trabalho para Implementação Urgente de Videovigilância”;

6.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os dados do Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) mostram um claro e inequívoco aumento da criminalidade em Almada.

Já em 2021 o aumento era superior a 6%, em 2022 o aumento é quase o dobro, 11,71%.

Almada tem mais ocorrências que o Seixal e o Montijo juntos.

Almada com os seus 177 mil moradores, tem 6828 ocorrências registadas, o Seixal e o Montijo juntos têm mais de 222 mil moradores e perfazem 6265 ocorrências.

Somos o Concelho do distrito com o maior número de ocorrências, passando o 2º “classificado”, Setúbal, em quase 2400 ocorrências por ano.

Almada tem mais ocorrências que Cascais, Amadora ou Loures.

Isto quer dizer, que é mais provável ser vítima de um crime em Almada do que Amadora ou Loures.

Almada é o 5º Concelho do país com maior número de ocorrências totais, o 12º dos 308 concelhos nacionais, em número de crimes por mil habitantes.

Face a esta situação, o Partido Chega vem propor uma forte e imediata aposta na Videovigilância como forma dissuasora da criminalidade.

Desta forma, o Partido Chega instiga a Câmara a:

- Criar um Grupo de trabalho que vise a colocação urgente de sistemas de videovigilância nos locais mais problemáticos.
- Os executivos das Juntas de Freguesia do Concelho sejam envolvidos na elaboração de propostas de locais a implementar o sistema.
- As forças de segurança existentes no concelho sejam consultadas e envolvidas na identificação dos locais com mais ocorrências.”

6.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação sobre “Criação de um Banco Alimentar Animal em Almada”;

6.3.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O aumento do custo de vida generalizado que se faz sentir também na alimentação, trouxe dificuldades acrescidas aos munícipes carenciados com animais e às cuidadoras de colónias de gatos, que veem o preço das rações aumentar de dia para dia. Muitas pessoas sentiam já dificuldades em conseguir alimentar os seus animais, e a conjuntura atual acentuou muito essa realidade.

O apoio alimentar a animais de munícipes carenciados ou gatos de colónias inscritos no programa CED, para além de diminuir o abandono e os problemas de saúde, é um ato de solidariedade e apoio às pessoas em carência económica e às cuidadoras e cuidadores que lutam diariamente pelos animais que vivem na rua.

São vários os exemplos de municípios que já implementaram esta medida, e Almada, pode e deve dar este passo que significa uma enorme ajuda para quem mais precisa. Valongo criou em 2021 um banco alimentar animal para famílias carenciadas com animais. Penafiel também em 2021 criou um programa de apoio a famílias carenciadas, em que 1 vez ao mês, cada família recebe ração para os seus animais. De recordar que o município de Penafiel também apoia as famílias mais carenciadas na esterilização dos seus animais de companhia.

Propomos assim a criação de um Banco Alimentar Animal em Almada, com a cedência de um espaço onde a ração possa ser armazenada e posteriormente distribuída através de uma parceria com uma associação ou através da Provedoria dos animais e dos seus voluntários. São muitos os apelos de munícipes e de cuidadoras que não têm comida para os animais que cuidam, ficando numa situação de vulnerabilidade e desespero. Esta medida permite minimizar as dificuldades de quem cuida de animais de rua e de quem se vê sem capacidade económica para alimentar os seus animais.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 21 e 22 de setembro delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

- A criação de um Banco Alimentar Animal que permita ajudar com ração animais de munícipes carenciados e cuidadoras de colónias inscritas no programa CED.”

6.3.4 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), para apresentar uma Saudação à “Comunidade Educativa”;

6.3.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Com o início do novo ano escolar, saudamos toda a comunidade educativa, particularmente a almadense, na sua vasta composição de educadores, professores, alunos, técnicos educativos, assistentes operacionais e administrativos, associações de pais e encarregados de educação, assim como outras entidades ligadas à Educação que garantem o funcionamento do ano letivo 2023/2024.

O ano letivo 2023/2024 arrancou com dificuldades na contratação de docentes, situação que lamentavelmente é replicada ano após ano, agravada no atual quadro pela existência de cerca de um milhar de horários vazios, sobretudo nas regiões do Algarve e Lisboa e Vale do Tejo.

Sabemos a luta que a comunidade educativa, em particular professores e educadores, desenvolveram no passado ano letivo, em resultado de um acumular de anos sem resolução por parte da tutela e que expõem cada vez mais as fragilidades do sistema de ensino em Portugal, não devolvem direitos conquistados, nem a paz social tão necessária às escolas para cumprir o seu desígnio.

Também sabemos que é preciso recuperar a dignidade da carreira docente e que precisamos de uma escola com professores valorizados e motivados para corresponder aos desafios que a Escola hoje representa. As condições de trabalho na Escola daqueles que se dedicam ao ensino deve merecer o nosso respeito e esse respeito deve ser expresso pelas políticas públicas do governo.

A Educação pela importância que tem para a Sociedade, deve constituir-se como fator determinante para minorar e eliminar as desigualdades sociais, estimulando um ensino onde o desenvolvimento de competências académicas e outras coloquem os alunos no caminho do sucesso.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Se a opção for a intransigência que o Governo tem adotado, sem encontrar soluções para a colocação de professores, não garantir a estabilidade para o arranque do ano letivo, continuar a não negociar a reposição do tempo de serviço e a progressão nas carreiras, iremos referir-nos sempre à existência de um clima de instabilidade das escolas, dos professores, dos estudantes e das famílias.

Por termos a consciência do que têm sido os anos mais recentes vividos na Escola, com adversidades e intensas ações de luta, valorizamos o continuado e resiliente empenho da comunidade educativa para manter o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, o desenvolvimento de competências e dos respetivos programas curriculares, ao mesmo tempo que prosseguem as suas reivindicações que correspondam à melhoria das suas condições de trabalho, salvaguardem direitos e promovam novas políticas educativas.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

1. Saudar a Comunidade Educativa, em particular a almadense, com sentimento de gratidão pelo seu papel fundamental na garantia de um ensino de qualidade nas nossas Escolas;
2. Manifestar a nossa solidariedade com as ações de luta e as reivindicações da Comunidade Educativa pela exigência de direitos, condições dos estabelecimentos de ensino, de trabalho, de estudo e melhoria das políticas educativas."

6.3.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção "Contra os Aumentos dos Combustíveis";

6.3.5.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A juntar à crise económico-financeira que o país atravessa, com cada vez menos poder de comprar dos cidadãos, aos impostos que sobrecarregam as empresas e aos baixos salários da população portuguesa comparativamente aos salários praticados no resto da Europa, acrescentado ainda o grave problema da habitação e do aumento das rendas e altas taxas de juro no crédito à habitação sem historial, o aumento sistemático e constante dos combustíveis acarreta junto dos portugueses um sinal preocupante de perda de poder de compra e de empobrecimento.

O aumento do custo de vida torna-se no presente, insuportável e responsável pela perda de qualidade de vida dos portugueses onde a fatura ao final do mês dos bens essenciais como a alimentação, o gás, a eletricidade e até a água, condicionam as escolhas das famílias portuguesas, juntando-se aos custos com a saúde e educação, e com os demais impostos e taxas que são obrigados a cumprir legalmente.

Se é certo que o mercado condiciona os preços dos combustíveis, nomeadamente o petróleo e demais matérias-primas, é também fundamental que sejam criados mecanismo e políticas nacionais que minimizem o impacto dos custos e da subida do preço do petróleo.

A subida constante dos combustíveis, e por norma sobem sempre mais do que descem, é altamente nociva para a economia quer das famílias quer das empresas, levando ao aumento inevitável dos custos do produto final, onde o consumidor é sempre quem mais paga. Nessa subida está refletida em muito o cabaz alimentar que tem um impacto negativo e significativo na sua despesa com o disparo dos combustíveis acabando por tornar o IVA zero numa medida praticamente ineficaz. Desta feita, o aumento dos combustíveis condiciona gravemente a qualidade de vida das famílias.

Também estes aumentos se repercutem na produção industrial e em atividades indispensáveis como é o caso da atividade piscatória onde os custos do gásóleo asfixiam completamente a produção e condicionam o custo final do produto.

É, neste aflorar do problema que o Governo tem de, obrigatoriamente, intervir de forma célere e passar das palavras e das promessas aos atos, sob pena de agudizar ainda mais o garrote financeiro que suportam as famílias e as empresas. É urgente assim, aliviar a carga fiscal aos portugueses e evitar a continuação desta instabilidade económica que em nada ajuda ao desenvolvimento da economia.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Se é certo que o Governo não tem o controlo dos vários fatores extrínsecos que condicionam a oscilação dos preços das matérias-primas fósseis (ainda) indispensáveis para a vida em sociedade, tem a obrigação e o dever de tentar minimizar o impacto negativo através de políticas direcionadas no que toca a fiscalidade, nomeadamente na baixa da taxa de ISP e de carbono, que, no momento, penaliza fortemente o cidadão.

Se é também certo que a resolução do problema na totalidade não depende dos governos nacionais, este mecanismo na mexida e redução dos impostos é essencial e auxilia de forma considerável a minimizar o seu impacto junto das famílias e das empresas reduzindo a sua carga fiscal.

Deste modo, o Estado não pode continuar a reter grande parte do imposto, considerando que os portugueses, bem comparativamente com Espanha, não podem continuar com a pagar uma carga tributária tão elevada numa altura em que ultrapassam uma crise financeira onde por exemplo, já fazem um enorme esforço para efetuar o pagamento das prestações ou da renda da casa.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 21 e 22 de Setembro, na localidade da Charneca da Caparica, exige da parte do Governo liderado pelo Primeiro Ministro, António Costa, a intervenção direta e urgente, na política fiscal relativa aos combustíveis, em concreto a redução da retenção para o Estado dos impostos a que tem direito, nomeadamente na baixa do ISP e do carbono, dando um sinal de compreensão e intenção de aliviar a carga fiscal às famílias e a quem produz riqueza no país, as empresas, minimizando assim, o impacto negativo que acarreta os sucessivos aumentos.”

6.3.6 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Contra os Aumentos Incomportáveis na Fatura da Água em Almada”;

6.3.6.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A grande maioria das famílias do concelho de Almada viram nos últimos meses as suas faturas da água subirem consideravelmente, prejudicando de forma inqualificável a sua taxa de esforço mensal, debilitando ainda mais as suas poupanças e acarretando consigo o sobrecarregar de encargos financeiros numa altura que deveria ser de ajuda por parte das entidades como a autarquia, a com o objetivo de minimizar o custo de vida elevado que os portugueses atravessam.

O que as famílias têm pela frente é o aumento da fatura e o agudizar dos seus problemas financeiros ao final do mês devido à insistência da manutenção de taxas inflacionadas, muitas das vezes, suportadas pelo argumento da necessidade de investimentos e de atualização de preços. Ora, o que se constata na realidade é que investimentos e fundo e de relevo que justifiquem esses aumentos pela entidade responsável pela gestão da água pública e pela subida da fatura da água, o SMAS de Almada, conhecem-se muito poucos ou quase nenhuns.

Ao acréscimo injusto do consumo de água por parte das famílias, junta-se ainda as elevadas taxas complementares que compõem a fatura da água referente a saneamento de água residuais e gestão de resíduos. Tudo isto, o cidadão e as famílias em Almada pagam bem caro e inflacionado.

Estes aumentos foram fortemente contestados pelas populações em Almada aquando das últimas atualizações alertando nessa altura para os problemas de faturação elevada que iriam prejudicar gravemente as famílias naquele que é considerado o bem mais essencial à vida humana.

A tudo isto, o SMAS de Almada, a câmara municipal e os partidos que apoiam o executivo, PS e PSD, quer na câmara quer na assembleia municipal, não foram sensíveis a esses apelos e refugiados na argumentação dos investimentos estruturais e indispensáveis aumentaram de forma insensível os custos de consumo de água, que com os custos das demais taxas, faz com que nos dias de hoje muitas dessas famílias já paguem inexplicável e surpreendentemente, mais na fatura da água do que na fatura da luz.

Este executivo PS PSD em Almada, demonstra uma grande insensibilidade social, sendo a sua propaganda completamente contrária à realidade daquilo que prometem.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Deste modo, considerando as preocupações atrás mencionadas por parte das populações do concelho de Almada que se veem prejudicadas deliberadamente no consumo e na faturação ao final do mês devido às elevadas taxas contidas na fatura, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 21 e 22 de Setembro, vem desta forma, repudiar o aumento exponencial da fatura mensal da água pelas famílias almadenses, não só no aumento do custo do consumo da água como também as elevadas taxas de resíduos, que asfixiam ainda mais o consumidor em alturas de grave crise económica e financeira, ao mesmo tempo que exige da câmara municipal e dos SMAS que criem mecanismos de revertam este impacto negativo que sobrecarrega a fatura da água contribuindo para o empobrecimento das famílias do Concelho.”

6.3.7 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Criação e Requalificação de Mais Espaços Verdes no Concelho”;

6.3.7.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nos tempos contemporâneos nunca os espaços verdes e a sua configuração nas novas cidades foi, tão falado e discutido na sociedade, a fim de projetar novas formas de convivência do espaço público de futuro como garante de uma melhor qualidade de vida das populações e o do meio ambiente envolvente onde se engloba em simultâneo os animais e a flora terrestre.

É na busca do concretizar dessa harmonia que o interesse em desenhar “cidades verdes” e capazes de funcionar como verdadeiros pulmões das cidades, são há muito pensadas e objeto de estudo e de experimentação até se encontrar o ideal ponto de equilíbrio aceitável entre o desenvolvimento normal da vida em sociedade e o seu meio ambiente.

Um dos grandes pensadores de referência, é, sem dúvida, o saudoso Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, que durante o longo percurso da sua vida, dedicou-se ao estudo e às soluções que procuravam encontrar esse equilíbrio estável e duradouro, demonstrando que é possível a sã convivência entre o desenvolvimento da tecnologia e o meio ambiente.

Esta posição visionária daquilo que devem ser as cidades do futuro, auxiliada pela necessidade da criação normal de novos padrões e de organização social, tal como a obtenção de mais informação e conhecimento, não se esgota obviamente, em Gonçalo Ribeiro Telles. Contudo, o seu legado de anos de pesquisa, estudo e de propostas, pode ser um caminho a considerar aquando da elaboração de planos e de criação e implementação de políticas verdes e direcionadas para o incremento da qualidade de vida mais saudável nos grandes espaços e aglomerados urbanos.

Como exemplo, algumas das propostas deixadas por Gonçalo Ribeiro Telles, apontam para criação de verdadeiras *smart cities* direcionadas para o meio ambiente, resultando as novas cidades não apenas num plano essencialmente betuminoso, mas, pelo contrário, um conjunto de planos interligados e dependentes onde a estratégia verde nos mais variados níveis e soluções é crucial para a criação de comunidades com qualidade.

Assim, destacam-se as propostas do reforço do uso do “verde” no espaço público nas suas mais variadas aceções sempre que possível contrastando com o habitual uso de outras matérias ao longo das vias rodoviárias, no centro das rotundas, a implementação e integração de espaços de vegetação verde em espaços e locais convergentes com o edificado, afirmando mesmo que: *“o plano verde é um instrumento essencial na conceção dos espaços exteriores da cidade cuja autonomia do desenho é exigida pela retaguarda biofísica e cultural que lhe é própria e pela prática das artes que desde há muito servem a construção da paisagem viva”*.

Aproveitando o seu legado e as suas propostas, é necessário que também Almada possa distinguir-se pela sua paisagem, consubstanciada e concebida em princípios estéticos e éticos tendo como finalidade a harmonia e elegância da natureza, numa verdadeira aposta na biodiversidade biológica e das espécies, onde se podem incluir, por exemplo, as árvores de frutos no espaço público atribuindo-lhe uma harmonia visual acolhedora e transportadora de odores agradáveis ao sentido humano ao mesmo tempo que se possa apostar e reforçar a



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

utilização e recurso da água, sempre em movimento e mecanismo cíclico para evitar o desperdício, implementando também uma certa musicalidade natural ao espaço urbano.

A aposta em políticas direcionadas para a criação dos espaços verdes nos meios urbanos tão acinzentados e carregados de betão, tornam as cidades mais atrativas, mais acolhedoras, mais integrativas e potenciadoras de melhorar a saúde física e mental das pessoas, ao mesmo tempo que atrai para o seu centro as mais variadas espécies animais que podem conviver de forma harmoniosa com o ser humano.

Por fim, entre outros tantos benefícios dos espaços verdes citadinos, ajudam consideravelmente a minimizar os impactos meteorológicos nomeadamente os extremos, onde se destacam as ondas de calor, contribuindo não só como zonas de sombra, mas também de absorção de grande parte das temperaturas.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 21 e 22 de Setembro, na localidade da Charneca da Caparica, vem por este meio, recomendar à câmara municipal a aposta no reforço e na elaboração de políticas e de planos direcionados à implementação e ao reforço da criação de mais espaços verdes no concelho de Almada, a fim de minimizar em primeiro lugar os impactos negativos climatéricos ao mesmo tempo que proporciona uma maior harmonia e bem-estar entre a natureza e a comunidade na sua relação entre pessoas, animais e a ecologia.”

6.3.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Manutenção das Passadeiras para Peões”;

6.3.3.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que a sinistralidade rodoviária em Portugal tem índices elevados com resultados muitas das vezes trágicos para todos os ocupantes e utilizadores das vias públicas transitáveis, todos os esforços e mecanismos legislativos que tenham como finalidade reduzir os impactos negativos da sinistralidade e promoção de uma condução e vivência da via pública em segurança, devem ser alvo de reforço e de estratégia numa conjugação abrangente de esforços com vista a melhorar a segurança rodoviária.

Também neste papel de intervenção na prevenção contra a sinistralidade e promoção de segurança rodoviária, as autarquias em conjunto com o Estado e as demais entidades responsáveis pela área, devem ter uma ação preponderante.

Tendo assim em conta a responsabilidade de cada entidade em matéria de segurança rodoviária e de legislação aplicável aos casos gerais e a casos concretos em cada concelho, as autarquias devem fomentar e desenvolver dentro das suas atribuições a sua cota-parte na prevenção e na criação de bons hábitos do uso das vias públicas em matéria de mobilidade e segurança rodoviária.

A saber, além dos planos de mobilidade e de acessibilidades em consonância com as realidades e propósitos dos municípios nos seus termos, do território e do seu relevo, também as questões de sinalização (vertical e horizontal), a semaforização e todo o restante meio envolvente direta e indiretamente, é responsabilidade acrescida da autarquia, devendo para tal, estar devidamente atualizada e pronta a dar resposta eficaz a todos os problemas e necessidades das populações.

No caso concreto, as passadeiras regulamentadas pelo Código da Estrada com o objetivo de garantir aos transeuntes direitos de atravessamento das faixas de rodagem, ao mesmo tempo que lhe confere deveres imprescindíveis, devem consolidar uma maior segurança a quem usa o espaço público sejam peões sejam automobilistas.

Para tal, a fim de que sejam realmente garantidos esses direitos e concretização dos deveres, é crucial que a respetiva sinalização horizontal demarcada no asfalto ou demais locais onde se pretende sinalizar o atravessamento de peões, esteja em conformidade nomeadamente visível e perceptível para utilização em conformidade evitando desta feita, acidentes ou constrangimentos rodoviários.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Acontece que, por vezes, a sinalização horizontal demarcada para atravessamento de peões, vulgo, neste caso, passadeiras, encontram-se em necessidade urgente de manutenção devido à fraca visibilidade, acarretando consigo os variados perigos não cumprindo com a sua essencial função de garantia da segurança rodoviária.

É obrigação das autárquicas em cooperação com as juntas de freguesia no que concerne ao seu plano de mobilidade e acessibilidades, garantir não só a instalação de sinalização rodoviária, mas também a sua manutenção permanente e em condições.

Também no concelho de Almada é necessário garantir que as passadeiras estejam em condições operacionais de efetuar a função que lhe é conferida no Código da Estrada, nomeadamente o garante da segurança a pões vulneráveis como é o caso dos idosos, pessoas com mobilidade condicionada e reduzida, crianças e restantes transeuntes, proximidade de escolas, lares de idosos e hospitais, ao mesmo tempo que devem ser adaptados mais mecanismos de controlo de velocidade geralmente conhecidos como lombas oferecendo uma maior segurança a quem utiliza o espaço público.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 21 e 22 de Setembro de 2023, na localidade da Charneca da Caparica, vem apelar junto da câmara e das juntas de freguesia, a necessidade da manutenção regular das passadeiras para peões no concelho de Almada, tal como o reforço de demais meios previstos no Código da Estrada para a sua sinalização atempada e em segurança, atribuindo ainda nos locais onde se identifique a sua necessidade temporizadores com a informação do tempo previsto para o atravessamento e sinalização sonora para invisuais, com o objetivo do garante de uma segurança rodoviária eficaz e minimizadora da sinistralidade.”

6.3.9 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Pela Criação da Residência do Professor”;

6.3.9.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Portugal vive nos dias de hoje um grave problema em termos de habitação que coloca em causa os direitos não só da juventude em início dos seus estudos, de carreira ou constituição de família, mas também daqueles que querem garantir e preservar para futuro a sua atual habitação, cada vez mais incerta e em risco, tal como preservar a habitação condigna dos idosos, cabendo ao Estado como o primeiro responsável pela criação de políticas e um plano de ação que possa dar garantias de uma habitação justa e condigna às famílias.

São públicas as necessidades e as dificuldades que os alunos deslocados passam para obterem uma casa onde possam residir com o objetivo de prosseguir os seus estudos, nomeadamente, o seu percurso académico nos mais variados estabelecimentos de ensino superior do país.

A dificuldade na obtenção de morada temporária torna-se no presente um enorme obstáculo a quem pretenda fixar-se noutra concelho, muitas das vezes a centenas de quilómetros da sua residência habitual, levando no limite, a que os alunos tenham de desistir do seu percurso académico ou optar por outras escolhas que não o curso e aprendizagem desejada.

Acresce que os problemas que acarretam o sistema de ensino na sua vertente de habitação não são exclusivos dos alunos. Também os professores vivem atualmente, o vastíssimo pesadelo da falta e dificuldade de habitação, nomeadamente quando são deslocados para lecionar quer em estabelecimentos de ensino superior quer nos restantes níveis de ensino.

As recentes e constantes reivindicações e preocupações dos professores na obtenção de local de residência espelham bem a dimensão do problema e a necessidade urgente de encontrar soluções que possam garantir não só um local de residência temporária para os professores, mas a qualidade e bem-estar que qualquer ser humano tem por direito na sua habitação.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Se se acrescentar a falta de professores que prejudica o sistema de ensino, pois sem professores não há escola, o problema da falta de habitação para os professores deslocados, agudiza ainda mais o problema colocando em risco a qualidade do ensino que é prestado aos alunos.

Se se acrescentar ainda as constantes jornadas de luta dos professores em torno da reivindicação dos seus direitos e a melhoria das condições atrativas para a profissão, nomeadamente através de manifestações na rua e greves ao serviço, a recuperação do tempo de serviço e a progressão na carreira, as horas extra que acarreta o excesso de trabalho, são dos principais problemas que os professores e os vários sindicatos que os representam querem ver resolvido com a máxima urgência.

Almada não será exceção. No concelho residem e pretendem vir a residir, um número significativo de professores que reivindicam todos os dias a melhoria dos seus direitos, e que se espalham pelos muitos estabelecimentos de ensino que vão desde o básico ao ensino superior.

Com os problemas que assolam a classe média em termos de aquisição de habitação, o concelho de Almada vê-se a braços com o agravar não só da falta de fogos como a dificuldade acrescida de arrendar um espaço devido aos preços inflacionados das rendas. Comprar casa, ainda por mais para um professor com a sua situação de mobilidade constantemente instável, não é opção nomeadamente tendo em conta os problemas derivados do aumento exponencial e constante das taxas de juro.

Resta neste cenário trágico para a Educação, a precariedade habitacional para os professores que ou se veem impossibilitados de exercer a sua profissão, ou ainda pagam rendas altíssimas para manter o seu posto de trabalho, muitas das vezes em condições indignas de habitabilidade.

Um concelho que quer fixar e atrair pessoas dando garantia da qualidade e excelência de oferta tem ele mesmo que acautelar as condições propícias em habitação, emprego, fiscalidade, segurança, saúde, cultura e lazer, entre outras, valendo-se para tal de políticas e estratégias direcionadas para o desenvolvimento socioeconómico local.

No que diz respeito ao professor, a autarquia pode entre outras tentativas que estejam ao seu alcance, auxiliar na criação de espaços onde os mesmos possam fixar-se mesmo que temporariamente e condicionados ao seu contrato laboral com o estabelecimento de ensino, tal como acontece com os alunos, nomeadamente na criação da residência do professor com condições dignas de permanência e segurança.

A criação da residência do professor em Almada seria um sinal de manifesta preocupação do concelho, da câmara municipal e das suas políticas em complementaridade com o Estado central, no auxílio à resolução dos problemas que assolam a Educação, tal como um sinal de resposta que a autarquia pode dar para ajudar os problemas dos professores em termos de habitação aquando da necessidade de mobilidade e residência no Concelho.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária de Setembro, nos dias 21 e 22 na localidade da Charneca da Caparica, vem desta forma, defender junto da Câmara Municipal de Almada, a construção pela autarquia da residência do professor, nos termos da responsabilidade que as autarquias devem ter em conjunto com o Estado na melhoria da qualidade da Educação, dos alunos e dos seus profissionais.”

6.3.10 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE), para apresentar uma Moção “Pela Melhoria da Rede de Escolas no Concelho de Almada”;

6.3.10.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A. Em mais um ano letivo que se inicia, continuam a notar-se as lacunas que o Concelho de Almada tem ao nível de equipamentos escolares, em especial nas freguesias de Charneca/Sobreda, Costa da Caparica e Trafaria.

B. A inauguração de um pavilhão para o Ensino Secundário na Escola Carlos Gargaté está muito longe de responder às necessidades desta freguesia, no que diz respeito ao ensino secundário;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

C. A mesma freguesia continua a ter um défice importante relativamente ao Ensino Básico, para o qual será necessário construir mais equipamentos;

D. A Costa de Caparica tem a situação estranha de ser uma cidade na qual não existe Ensino Secundário. Os alunos da Costa que frequentam este grau de ensino têm de se deslocar diariamente para Almada, ou por vezes, o Monte Caparica;

E. Muitos alunos do Ensino Básico da Costa da Caparica continuam sem lugar nas escolas da freguesia, sendo obrigados a deslocar-se para a Trafaria;

F. O déficit de equipamentos na educação pré-escolar é enorme;

G. Na Trafaria a situação é ainda pior: a Escola Básica de 2º e 3º ciclos não tem o mínimo de condições de funcionamento, sendo possivelmente a única escola de pré-fabricados do ensino público em Portugal; é precisamente a população mais carenciada que é servida pela escola com piores condições, agravando ainda mais as desigualdades sociais já existentes no nosso município;

H. Estas situações agravam-se quando são patentes as deficiências na rede de transportes públicos e a ausência de uma rede de transportes escolares.

Considerando que a recente legislação confere mais competências e verbas às autarquias locais para a educação;

Considerando que estas falhas de equipamentos escolas são lesivas não só das populações como da igualdade do acesso à educação, a Assembleia Municipal de Almada decide:

1. Solicitar à Câmara Municipal de Almada a elaboração de um plano de construções escolares que inclua o suprir das necessidades de ensino secundário na Costa da Caparica e na Charneca/Sobreda – este plano deverá contemplar a urgência da construção de uma nova escola de 2º e 3º ciclo na Trafaria;
2. Elaborar com urgência e tornar público um levantamento das lacunas a nível de 1º ciclo (incluindo turmas superlotadas), com o fim de resolver, na maior brevidade, essas lacunas;
3. Elaborar um plano para solucionar a deficiência de equipamentos de educação pré-escolar, incluindo equipamentos municipais devolutos que possam ser adaptados a esse fim.”

6.3.11 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU), para apresentar uma Moção “Em Defesa do Serviço Nacional de Saúde Público, Universal e Gratuito”;

6.3.11.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) encontra-se hoje, quando se assinala o 44º Aniversário da sua criação (15 de setembro), fortemente colocado em causa! O SNS está em perigo, e é preciso salvá-lo!

A situação que hoje se vive no SNS, é consequência direta das opções dos sucessivos governos em reduzir a sua capacidade de prestar cuidados de saúde à população, mas também do cada vez maior e mais evidente apetite dos grupos privados para se apropriarem do SNS, transferindo para o seu negócio um serviço essencial ao povo português.

Apesar de tudo, é notável a capacidade de resistência e de resposta aos problemas de saúde da população, que o SNS tem assegurado, destacando-se a resposta que foi capaz de dar às exigências extremas colocadas pela pandemia de Covid-19.

A defesa do SNS é uma das questões fundamentais que se coloca aos portugueses e às portuguesas nos dias de hoje, exigindo a inversão de um caminho que tem conduzido o SNS ao seu gradual desmantelamento, com transferência de parte significativa e fundamental das suas valências para o setor privado da saúde, colocando claramente em causa o direito constitucional de acesso aos cuidados de saúde em condições de igualdade a todos os portugueses e portuguesas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A defesa do SN passa, igualmente, pelo reconhecimento do papel insubstituível dos trabalhadores da saúde, e pela necessidade de ser assegurada uma resposta positiva às suas justas reivindicações em matéria de valorização dos salários, melhoria das condições de trabalho, investimento na formação e valorização das carreiras profissionais. É necessário investimento para que seja assegurada a salvaguarda dos direitos dos utentes e a valorização dos profissionais de saúde.

Neste quadro, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), promoveu no passado sábado, dia 16 de setembro de 2023, a Jornada Nacional de Defesa e Reforço do Serviço Nacional de Saúde, realizando marchas e concentrações em todas as capitais de distrito do continente português.

Estas 18 manifestações e concentrações, mobilizando muitos milhares de utentes dos serviços de saúde, trabalhadores e profissionais de todas as áreas da saúde, e população em geral, que saíram à rua em defesa deste direito fundamental conquistado com a Revolução de Abril e que a Constituição da República Portuguesa consagra, constituíram um importante momento de reafirmação de que o SNS é a única garantia de que todos os portugueses e todas as portuguesas possam aceder aos serviços e cuidados de saúde em condições de igualdade e equidade, e de acordo com as suas necessidades.

Milhares de trabalhadores, reformados, pensionistas e outras camadas da população, comissões de utentes da saúde, profissionais do setor da saúde, e outras organizações sociais e profissionais, trouxeram para as ruas a exigência de disponibilização ao SNS de mais recursos humanos, técnicos e financeiros, uma organização dos serviços que possibilite, de facto, o acesso de todos os cidadãos a cuidados de saúde gerais e integrados, de qualidade e em tempo útil, e a valorização das carreiras de todos os profissionais, em defesa de um SNS Público, Universal e Gratuito.

Assim, o Grupo Municipal da CDU, propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

- 1 – Reiterar a importância fundamental para a qualidade de vida dos portugueses e das portuguesas que assume a garantia de um Serviço Nacional de Saúde público, universal e gratuito, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa.
- 2 – Exigir o forte e indispensável investimento do Estado no reforço em recursos humanos – médicos, enfermeiros, técnicos auxiliares e pessoal administrativo –, recursos técnicos e recursos financeiros, dotando o Serviço Nacional de Saúde das condições indispensáveis à prestação de cuidados de saúde de qualidade a todos os utentes sem exceções.
- 3 – Exigir o forte e indispensável investimento do Estado na valorização dos salários, na melhoria das condições de trabalho, na formação profissional e na valorização das carreiras profissionais, e na salvaguarda dos direitos dos utentes.
- 4 – Saudar vivamente a Jornada Nacional de Defesa e Reforço do Serviço Nacional de Saúde promovida pela CGTP-IN no passado dia 16 de setembro em todas as capitais de distrito do continente português.”

6.3.12 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), para apresentar uma Moção “Saudação à Seleção Nacional de Futsal Sub-19 e a Tomás Colaço”;

6.3.12.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No dia 10 de setembro, a Seleção Nacional de Futsal Sub-19 sagrou-se, pela primeira vez, Campeã da Europa, ao vencer na final a Espanha por 6-2, num jogo disputado em Porec, na Croácia.

Numa final em que Portugal começou por sofrer dois golos do adversário, os jovens portugueses conseguiram empatar até ao desfecho do primeiro tempo. Quis a história deste jogo que aos 36 minutos o golo que daria o 4-2 fosse apontado por Tomás Colaço, começando a destinar a viagem do cetro tão ambicionado até terras lusitanas.

Tomás Filipe Grácio Colaço nasceu em Almada, a 13 de outubro de 2004, tendo feito o seu percurso escolar no concelho e iniciado a sua prática desportiva na modalidade de futsal na época de 2011/2012 nos Pastilhas, seguindo na mesma época para a Casa do Benfica da Charneca da Caparica onde permaneceu até 2013/14,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ingressando na época seguinte no Sport Lisboa e Benfica, clube com o qual mantem ligação, embora esteja presentemente na Quinta do Lombos, após passagem pela AD Fundão.

Almada é, reconhecidamente, uma terra de desportistas que se projetam a nível nacional e internacional, em resultado do trabalho desenvolvido pelo movimento associativo almadense, ao qual clubes de outra dimensão não ficam indiferentes e observam os talentos que por aqui proliferam, ao que se se junta o acompanhamento dedicado das suas famílias que tudo fazem para alimentar o sonho dos seus filhos.

Tomás Colaço é o mais recente motivo de orgulho enquanto almadenses e apreciadores do fenómeno desportivo, pelo que o seu exemplo pode e deve representar para todos, em especial para os jovens que como ele sonham, no desporto ou em outras áreas de atividade, atingir os mais altos patamares.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

1 - Saudar a Seleção Nacional de Futsal Sub-19 pela conquista inédita do Campeonato Europeu disputado em Porec, na Croácia, momento que engrandece Portugal e é orgulho dos portugueses;

2 - Manifestar o profundo reconhecimento ao Tomás Colaço pela conquista alcançada, a qual ficará gravada a ouro nos anais do desporto nacional, acrescentando o seu nome aos campeões da nossa terra, orgulho particular dos almadenses, pelo que o seu exemplo representa como referência para as novas gerações que nele se podem inspirar para alcançar os seus sonhos.”

6.3.13 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU), para apresentar uma Moção “Assegurar o Direito à Habitação. Exigir ao Governo Medidas para Reduzir o Valor das Rendas e das Prestações ao Banco”;

6.3.13.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os problemas da habitação com que os portugueses se confrontam, assumem uma extraordinária dimensão, exigindo a adoção de medidas que travem e revertam a dinâmica especulativa a que está submetida, recentrando no Estado a responsabilidade constitucional e os meios indispensáveis para um amplo e eficaz programa nacional de habitação de promoção pública.

Medidas que têm de assumir como objetivo central, enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhares de famílias.

Medidas que, para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis, garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector.

Medidas que não encontramos no chamado pacote “mais habitação”, recentemente lançado pelo Governo. Este, como anteriores programas semelhantes, não assegura nem o forte investimento público, nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que exige uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional.

Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assunção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem, designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

1 – Reclamar ao Governo a adoção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital.

2 – Exigir ao Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

no próximo ano), fixando-o em 0,43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos.

3 – Exigir ao Governo as ações necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes.

4 – Apelar à participação da população nas ações convocadas para o próximo dia 30 em defesa do direito à habitação.”

6.3.14 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS), para apresentar um Voto de Saudação “Pela Inauguração do Edifício do Ensino Secundário da Escola Carlos Gargaté”;

6.3.1.14 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A educação constitui um alicerce estratégico e essencial quer para o desenvolvimento individual, quer para o desenvolvimento societário, que sustém o presente e alavanca o futuro. A educação não é senão um instrumento ativo da democracia, enquanto garante do direito à igualdade de oportunidades, de construção de uma cidadania para todos e todas e de inclusão social.

No âmbito do lançamento do regime experimental das Escolas Básicas Integradas, no longínquo ano letivo de 1993/1994 surge a Escola Básica Integrada da Charneca de Caparica.

Mais tarde, em 2007, foi constituído o Agrupamento de Escolas da Charneca de Caparica e em 2011 foi alterada a sua designação para Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté. Com efeito, uma homenagem ao professor e pintor, cuja obra deixou marca no concelho de Almada, em especial junto dos alunos e alunas que acompanhou, enquanto professor e diretor da Escola Básica Integrada da Charneca de Caparica.

Devido à evidente expansão demográfica desta vila e, após reunidos muitos esforços por parte do Executivo da Câmara Municipal de Almada, do Executivo da Junta da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, junto do Ministério da Educação, concretizou-se a vontade de ser possível os e as estudantes da Vila de Charneca de Caparica poderem frequentar o Ensino Secundário, sem terem que frequentar, necessariamente, escolas implantadas em outras freguesias do concelho, obrigando os alunos e alunas a alterarem as suas rotinas de vida após a conclusão do 9º Ano de Escolaridade.

Assim sendo, decorreu no passado dia 11 de setembro a inauguração do Edifício do Ensino Secundário da Escola Básica Carlos Gargaté, contando com a presença do Ministro da Educação João Costa, do Secretário de Estado da Educação António Leite, da Presidente da Câmara Municipal de Almada Inês de Medeiros e do Presidente da Junta de Freguesia Pedro Matias.

Neste ano letivo a escola recebe 90 alunos e alunas no 10.º ano, e nos próximos dois anos já terá capacidade para receber novos alunos (90 em cada ano), até atingir a capacidade de 270.

Indagam-se, naturalmente, se esta é a resposta definitiva face às necessidades educativas da população desta Vila, ao que se responde que não.

É, por isso, que defendemos a construção de uma nova infraestruturas na Charneca de Caparica, capaz de receber um maior número de estudantes. Mas a verdade é que se deu o primeiro grande passo que, de facto, durante tantos anos de governança desde 1993 neste concelho, nem sequer avançou.

De facto, fez-se história na Vila de Charneca de Caparica, de facto, cumpriu-se, fez-se.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 21 e 22 de setembro de 2023, saúda o Município de Almada pelo investimento feito em parceria com o Ministério da Educação no Edifício do Ensino Secundário da Escola Básica Integrada da Charneca de Caparica, pelo trabalho que tem vindo a desenvolver na requalificação do parque escolar no nosso Município e, por último, na valorização que tem imprimido à Escola Pública, de qualidade e acessível a todos.”

6.4 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), Margarida Ramires Paulos (PAN), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA),



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

António Francisco Salgueiro (PSD), Ana Margarida Lourenço (PS), António Pedro Maco (CDS-PP) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para dar o sentido de voto relativamente aos documentos apresentados.

Sobre os documentos apresentados pela CDU, associamo-nos naturalmente, à saudação à Seleção Nacional de Futsal de Sub-19 e a Tomás Colaço, reconhecendo o talento e o mérito deste jovem, e relevando a importância do Movimento Associativo no contributo para um setor tão importante como é o do setor do desporto.

Sobre os restantes documentos, tendo em conta que referem matérias que são também foco de luta para o Bloco de Esquerda, sobre setores que consideramos de fundamental importância para as populações como são as da habitação, da saúde e da educação, votaremos favoravelmente todos os documentos.

Votaremos de igual modo a favor o documento apresentado pelo PAN.

Em relação aos documentos apresentados pelo CDS-PP, “Contra os aumentos da fatura da água em Almada”, “Criação de mais espaços verdes no Concelho”, “Manutenção de passadeiras para os peões”, “Pela criação de residência de Professor”, votaremos a favor.

Relativamente à moção “Contra o aumento dos combustíveis”, deixar aqui algumas notas.

Em primeiro lugar, dizer aquilo que todos nós sabemos porque vivemos essa realidade no dia a dia, os combustíveis assim como os bens alimentares e outros bens essenciais, atingem preços absurdos que impactam negativamente das e dos almadenses. E claramente, o Governo tem a responsabilidade de mitigar os efeitos desta subida, no entanto, não nos parece que a solução proposta pelo CDS, seja a solução para o problema. Isto, porque temos verificado há anos, é que os preços dos combustíveis sobem sempre, independentemente da baixa dos impostos, nomeadamente a baixa do ISP, que acaba por ser sempre inócua. As gasoleiras combinam os preços entre si e aumentam sempre as suas margens de lucro. Um bom exemplo disso, é a GALP que teve em 2022, um lucro de 881.000.000.00€ (oitocentos e oitenta e um milhões de euros), o maior da sua história e um crescimento de 93% face ao ano de 2021. Resultado: perde o erário público, a receita fiscal que foi cortada, perdem os consumidores poder de compra e quem ganha são sempre as empresas de combustíveis que têm lucros record, e que depois distribuem dividendos, abonos aos administradores.

Portanto, o que precisamos verdadeiramente é controlar os preços dos combustíveis.

É no nosso entender, a única forma de limitar a margem de lucros das empresas que estão a beneficiar com a subida dos preços do setor dos combustíveis. Não o fazer e optar pela solução simplista e limitada de baixar os impostos, é colocar o penso nua gangrena.

Em relação à moção apresentada pelo Partido Socialista, “Pela inauguração do edifício do Ensino Secundário da Escola Básica Carlos Gargaté”, já nos vamos habituando, porque é recorrente. Este executivo liderado pelo Partido Socialista, sempre que faz alguma obra que é da sua responsabilidade, que é para isso que foram eleitos, sente a necessidade de trazer a esta Assembleia Municipal documentos de autoelogio, que dir-se-ia configuram na realidade como documentos de autoglorificação.

Somos inteiramente contra este continuo exercício de retórica eleitoralista e tem sido esse o sentido de voto do Bloco de Esquerda sempre que nos apresentam este tipo de documentos.

Ainda assim, tendo em conta a importância desta obra para a comunidade educativa do Concelho, optaremos pela abstenção.

Acrescentando no entanto, que, se nos apresentassem nesta Assembleia planos em concreto para a construção de raiz de novos equipamentos escolares de Ensino Secundário na Costa da Caparica, na Charneca de Caparica, Sobreda ou a solução para as péssimas condições da Escola Básica do 2º e 3º Ciclo na Trafaria, referenciada aliás, na moção que nós apresentamos, ainda que sejamos contra o autoelogio de quem eleito para agir e não para



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

se autopromover, poderíamos eventualmente equacionar o sentido de voto favorável, infelizmente não é caso, e pelas razões que assinalei, iremos nos abster.”

6.4.2 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para deixar aqui algumas notas relativamente à votação dos documentos.

Votaremos a favor a maioria dos documentos.

Quanto à proposta do CHEGA relativa à criação de um grupo de trabalho para a instalação de videovigilância, não nos opomos a que exista um circuito de videovigilância em algumas zonas consideradas mais inseguras do nosso Concelho, mas consideramos que nesta como em muitas outras áreas, não estamos a atuar nas causas. Ou seja, mais do que criar uma sociedade em que todos desconfiam de todos, devemos trabalhar para criar uma sociedade em que todos tenham oportunidades para crescer e viver de forma digna, diminuindo assim a criminalidade.

Quantos às propostas do CDS-PP, relativas aos aumentos dos combustíveis e da fatura da água, o PAN é sensível às dificuldades que muitos cidadãos enfrentam com o aumento generalizado com o custo de vida, mas não podemos esquecer que estamos numa corrida contra o tempo em relação às alterações climáticas, se é que não perdemos já essa corrida e que a água potável é o bem mais precioso que existe e também um dos mais ameaçados atualmente.

A nossa posição é que as famílias e empresas mais necessitadas devem ser ajudadas, mas existindo sempre uma preocupação por parte do Governo, dos executivos, de diminuir as emissões carbónicas, fazendo a transição para uma economia verde, reduzir o consumo de água, ou muito em breve e veremos se temos, que as preocupações não serão os custos elevados, mas a escassez progressiva preocupante e dramática da água.”

6.4.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CHEGA irá votar grande parte das moções favoravelmente, no entanto gostaríamos de apresentar alguns sentidos de voto.

Em relação à proposta sobre o Banco Alimentar Animal apresentada pelo PAN;

Iremos aprovar esta proposta, referindo que o solicitado é apenas o espaço para guardar as Rações e não implica outros custos financeiros.

Gostaríamos de um dia ver a mesma assertividade do PAN na defesa das famílias que passam necessidades e dos sem abrigo. O PAN tem que se lembrar que a primeira letra da sua sigla o P é de pessoas.

A Saudação à Comunidade Educativa;

O Chega desafiou a semana passada o Governo a definir um calendário para a recuperação do Tempo de serviço dos Professores.

Já em julho informámos que iremos pedir apreciação Parlamentar ao diploma da Carreira dos professores.

O CHEGA entende que os professores são um dos principais pilares para a educação e um ensino de qualidade, pelo que iremos apoiar esta saudação.

A Moção Em defesa do SNS;

Iremos votar a favor desta moção, inclusivamente um Deputado do Chega, esteve presente na manifestação referida, demonstrando o nosso apoio ao Serviço Nacional de Saúde - SNS.

Cabemos, no entanto, não deixar passar que a própria CDU tendo um passado de 48 anos na Assembleia da República, compactuou na geringonça, colaborando para o estado em que se encontra atualmente do SNS, não impondo as medidas necessárias quando fizeram parte da Gerigonça.

A Moção sobre Habitação;

Iremos apoiar. O Chega anunciou a apresentação de um projeto que reveja as médias dos últimos dez anos de rendas, no sentido de ajudar as famílias neste período conturbado.

É reconfortante ver que CDU está atente e a tomar notas às palavras de André Ventura. Nem tudo está perdido na Democracia Portuguesa.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Saudação - Inauguração do Edifício do Ensino Secundário Carlos Gargaté;

Bater palmas e saudar que levaram 4 anos para construir 1 pavilhão, sem refeitório, sem auditório, sobrecarregando ainda mais a Infraestrutura da Escola Carlos Gargaté, é no mínimo caricato. Sim compreendemos a necessidade de capacitar este agrupamento com esta valência, mas não percebemos de forma alguma, o tempo que levou, nem a sua atual implementação.”

6.4.4 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Período de Antes da Ordem do Dia - PAOD em apreciação informo que o PSD votará a favor da proposta apresentada pelo Chega, no que se refere à sessão sobre o 25 de novembro e votará contra o 2º documento.

Relativamente ao documento apresentado pelo PAN sobre a criação de um Banco Alimentar Animal, não podemos estar mais de acordo já que somos defensores de implementação de políticas públicas de proteção animal. Sugerimos também que a par da criação do Banco Alimentar Animal seja feito um Regulamento de funcionamento do mesmo.

Sobre os documentos apresentados pelo CDS, votaremos a favor do documento sobre os Aumentos dos Combustíveis e abster-nos-emos no documento sobre a residência do professor. Relativamente aos outros 3 documentos do CDS, votaremos contra.

No que respeita à Moção sobre os Espaços Verdes, a CMA já tem um plano em implementação para a criação e requalificação de novos espaços verdes, nomeadamente a implementação dos Parques Urbanos da Charneca de Caparica, da Quinta dos Porfírios na Sobreda, de Vale Flores no Feijó, bem como o da Quinta de Santo António no Laranjeiro.

Votaremos a favor dos documentos apresentados pela CDU de Saudação à Comunidade Educativa e à Seleção Nacional de Futsal Sub-19.

Já no que respeita à moção sobre o Serviço Nacional de Saúde que a CDU apresenta, votaremos na generalidade a favor, mas solicitamos ao Sr. Presidente da Assembleia o favor de votar à parte o ponto nº 4.

Sobre a moção da CDU sobre a habitação iremos abster-nos.

No que se refere à Moção do BE sobre a rede de escolas no Concelho, informamos que iremos votar contra, porque apesar do documento identificar algumas necessidades, consideramos que a Câmara Municipal já tem em elaboração a revisão da Carta Educativa bem como do Plano Estratégico Educativo Municipal, que entre outras medidas também contemplará o que é referido no documento do BE.

Votaremos também a favor da Saudação apresentada pelo PS sobre a inauguração do edifício na Escola Carlos Gargaté.”

6.4.5 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente ou de forma mais ou menos sucinta, debruçar-me sobre dois ou três documentos que entendemos que merecem uma apreciação um pouco mais aprofundada e referir qual é o sentido de voto que a bancada do Partido Socialista irá adotar para o conjunto das moções.

A moção do CHEGA sobre a cerimónia oficial do 25 de Novembro, e também sobre a da videovigilância, iremos votar contra.

As moções do CDS-PP, quer a do aumento dos combustíveis, quer todas as restantes, mas em especial a da requalificação do espaço verdes do Concelho e da manutenção das passadeiras para peões, é uma questão que já tínhamos referido em anteriores Assembleias Municipais, tratam-se de matérias que já estão a ser desenvolvidas pela Câmara Municipal, entendemos que, mais do que autoelogios recomendações para aquilo



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que já está a ser feito, é absolutamente inócuo e não compactuaremos com isso, e, portanto, iremos votar contra todos os documentos apresentados pelo CDS. É um acaso, confesso que é, mas os motivos são explícitos e parece que facilmente compreensíveis.

Iremos pedir a votação separada nos pontos na moção da CDU, sobre a “Saudação à Comunidade Educativa” e também sobre a moção “Em Defesa do Serviço Nacional de Saúde”, iremos também pedir a votação por pontos.

Iremos votar favoravelmente ambas porque de uma forma geral estamos a favor das matérias, na defesa do Serviço Nacional de Saúde, na preocupação com as questões da educação, mas pedimos o isolamento da votação dos últimos pontos de cada uma destas moções.

Relativamente à “Saudação à Seleção Nacional de Futsal”, votaremos também favoravelmente.

Relativamente à questão e começando pela moção da CDU relativamente à habitação.

A habitação é sem sobra de dúvidas um dos grandes desafios dos tempos atuais, vivemos uma crise habitacional que é consequência da inação durante vários anos e é uma preocupação que o Partido Socialista tem e que tem tomado medidas sobre isso. Esta moção que aqui está, não exatamente, mas vai um pouco ao encontro daquilo que foram as medidas aprovadas hoje em Conselho de Ministros e já anunciadas que o Governo irá permitir para estabilidade das famílias que têm empréstimos sobre a habitação e que estão a ver os seus mensais a escalar substancialmente, haver uma estabilização não só nos próximos dois anos no valor da mensalidade a pagar por esse crédito à habitação, como também o reforço da bonificação temporária dos juros e prolongar a suspensão também daquilo que existe atualmente, a comissão de reembolso antecipado de forma a permitir as famílias que têm essa capacidade de poder amortizar o seu empréstimo sem serem penalizados por isso e com isso conseguir de alguma forma ultrapassar estes problemas que agora estão a surgir com o elevado crescimento das taxas de juro. Portanto, iremos nos abster desta moção consideramos que o Governo do Partido Socialista deu hoje um passo importante e que vai em grande parte ao encontro daquilo que também é defendido aqui pela CDU.

Relativamente à moção do PAN, em relação ao banco alimentar animal, iremos nos abster por um simples motivo. Existem dentro da Câmara Municipal, já vários projetos que tentam ir ao encontro daquilo que são as necessidades e do bem-estar animal, nomeadamente no que respeita ao banco alimentar, aqui não está totalmente explícito qual é que seria o modelo proposto, mas o Provedor do Animal de Almada já desenvolve um banco alimentar animal com recolha de donativos e portanto, é uma matéria que já está a ser trabalhada, poderá ser melhorada ou não, mas entendemos que esta também é uma recomendação em parte que já está a ser implementada.

Relativamente à moção do Bloco de Esquerda de melhoria nas escolas. Esta moção acho que facilmente se compreende, aquilo que lá está proposto já está previsto na Carta Educativa, é um trabalho já feito pela Câmara Municipal. Naturalmente teremos de votar contra e teremos de votar contra por vários motivos. Senhor Deputado Municipal José Rocha, não é por acaso que o PS tem de vir para aqui fazer um autoelogio, é porque os outros partidos não só elogiam o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, como até recomendam que ela faça o trabalho que já está feito. E, portanto, eu compreendo a sua posição, também já estive nela, na oposição, mas se não for o Partido Socialista a elogiar o trabalho da Câmara Municipal, não estou a contar certamente que o Bloco de Esquerda o faça, e, portanto, sempre que entendermos necessário sinalizar um importante marco para este Concelho e muito em especial para esta Freguesia, voltaremos a fazê-lo sempre que necessário. O elogio ao trabalho da Câmara Municipal e ao trabalho do Governo, seja ele qual for, para benefício da população de Almada, é um desígnio do Partido Socialista. Seja em que momento for.

Por fim, a moção do CHEGA que já disse que íamos votar contra, sobre a videovigilância, acho importante que nos possamos debruçar um pouco sobre ela.

Esta moção é tão somente, aquilo que o CHEGA gosta de fazer, que é espalhar o medo. Espalhar o medo porque em todo o seu argumentário, cai na base de uma falácia. Uma falácia que eu tenho muita pena, que o trabalho que é tão desenvolvido pelas Comissões, depois não tenha aplicação prática naquilo que é apresentado. E, portanto, vamos aqui à moção e vemos, que o Chega defende a videovigilância e a criação de um grupo de trabalho, porque a criminalidade em Almada está a aumentar exponencialmente. Foi explicado nas visitas que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

fizemos quer à PSP, quer à GNR, que a criminalidade em Almada não está a aumentar. A criminalidade em Almada a que está a aumentar, reflete-se simplesmente também pelo aumento da população e também por outro fator, que é fácil explicar, que à criminalidade e código penal, há um enquadramento penal que não existia nomeadamente, na questão de crimes contra animais, da sinalização daquilo que é a criminalidade no que respeita à violência doméstica e muitos outros fatores. E, portanto, vir dizer que a criminalidade em Almada é um perigo e que está a aumentar muito, e que Almada é um Concelho inseguro, é tão somente querer espalhar o medo e é de uma tremenda irresponsabilidade. E aquilo que aqui é proposto, que é a criação do grupo de trabalho para videovigilância, que é um importante instrumento na área da segurança, que o Partido Socialista defende, que esta Câmara Municipal já iniciou a sua implementação em parte do Concelho e que rapidamente terá essa autorização, e vir para aqui dizer que é para se criar um grupo de trabalho que faça isso, que é uma matéria altamente especializada, altamente critica, altamente técnica, e que tem de ter, eu sei que é uma coisa que o Partido CHEGA não defende e gosta de ignorar, mas há uma coisa que nós temos também sempre de preservar, que são os direitos, liberdades e garantias do cidadãos. E, portanto, as questões de proteção de dados pessoais, as questões das liberdades, não são questões para serem tratadas por grupos de trabalho, são questões para serem tratadas de forma técnica, rigorosa e para que todos nós estejamos seguros, mas também que a nossa liberdade não seja ferida.”

6.4.6 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu acho que depois de ouvirmos a intervenção da Senhora Deputada Ana Margarida Lourenço, do Partido Socialista, eu só posso dizer que, parece que o Partido Socialista vive no mundo da fantasia. Vir aqui dizer e a Senhora conhece perfeitamente o RASI – Relatório Anual de Segurança Interna, vir dizer que o aumento da criminalidade em Almada é ligeiro e tem a ver com o aumento populacional, eu peço desculpa, mas a Senhora Deputada Municipal não vive neste mundo.

Não tem televisão com certeza, não anda a pare das notícias, não sei nem quero saber onde é que a Senhora gasta o tempo, mas está aqui a fazer um exercício de pura retórica e está a defender não sei o quê, com certeza o seu governo. A senhora vá para os sítios mais problemáticos, vá pelos transportes públicos, ande à noite na rua e já agora aproveitando também a questão que falou aqui que o PS vai votar contra todas as moções do CDS, Senhora Deputada Municipal, temos aqui à frente na Charneca de Caparica, por exemplo, passadeiras a precisarem de serem requalificadas, a Senhora diz que é trabalho feito pela Câmara Municipal podemos ver, está aqui à saída, como a criação dos espaços verdes, estamos a fazer mas é preciso fazer mais, e depois aqui eu acho que esta situação é gritante, Senhora Deputada Municipal, eu aconselho a Senhora Deputada a ir já a aconselhei a ir também dar uma voltinha pelas ruas da Charneca por exemplo, aconselho-a a ir também para os postos de combustível falar com as pessoas, não aparecer só em alturas de campanha e para a porta do SMAS onde as pessoas pagam a fatura da água e a Senhora veja. Tal como o Senhor Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, pode descer do nono ou oitavo andar, e que vá para a porta onde as pessoas pagam a água, estão a empobrecer as famílias, e a Senhora Deputada chega aqui diz que vão votar contra porque está tudo bem, não há problema nenhum e as pessoas que continuem a pagar faturas altíssimas, quer nos combustíveis, quer na água.

Portanto, é isto que o PS tem para apresentar e depois ainda apelida de autoelogios as moções do CDS-PP.

Senhora Deputada Municipal, depois do PS apresentar aqui a moção relativamente à Escola Carlos Gargaté, e os autoelogios que faz ao Governo, e ainda agora assumiu que faz elogios ao Governo, vir aqui apelidar as moções do CDS como autoelogios, acho que entra aqui um pouco em discrepância.

E por falar em promessas, Ginjal, Margueira, extensão do Metro à Costa da Caparica, que é mentira, é mentira, foi uma promessa mentirosa da Senhora Presidente da Câmara Municipal e do Senhor Primeiro Ministro, nós fomos falar com o Senhor Secretário de Estado, que disse que não há extensão de Metro nenhum para a Costa da Caparica. Senhora Presidente, não há no Ministério das Infraestruturas projetos estruturais para o Concelho de Almada. Portanto, é isto que o Partido Socialista tem para oferecer.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.4.7 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para esclarecer o seguinte: de facto não existe em Almada um banco alimentar animal, o que existe são iniciativas avulsas do Senhor Provedor, que não se confunde com a Câmara Municipal, como tantas vezes é aqui dito. O que ele faz é por vezes recolhe donativos e distribui pelas cuidadoras ou por algumas pessoas que lhe pedem.

O que nós propomos é algo estruturado, de facto não apresentamos aqui um modelo porque existem vários, mas parece-nos que a Câmara Municipal conseguirá ceder um espaço onde poderá recolher e receber donativos, bem sei que a Câmara Municipal não pode receber donativos, mas isso haverá formas de ter associações ou mesmo o Senhor Provedor a receber esses donativos e depois através de uma inscrição ou mesmo através das pessoas que têm o cheque veterinário, poderão essas mesmas pessoas receber esses donativos e também as cuidadoras de colónias periodicamente e não apenas aquelas que conseguem ter mais acesso à informação ou conseguem mexer-se melhor. Ou seja, o que pretendemos é mais justiça e que todas as pessoas possam ter acesso a estes recursos o que não está a acontecer atualmente.”

6.4.8 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre a segurança, nós tivemos o mês passado, aliás, eu acho que o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes esteve lá presente, se me lembro bem, o Conselho Municipal de Segurança onde estiveram todas as forças de segurança de Almada e apresentaram os dados da criminalidade. E há uma coisa que é muito importante saber, a criminalidade em Almada até baixou, sobretudo a grave, a criminalidade grave e pesada em Almada baixou. Houve ligeiríssimos aumentos na pequena criminalidade e foram todas as forças de segurança que o CHEGA diz defender, que justificaram que o levíssimo aumento que houve se justifica até pelo aumento populacional, é uma questão de proporção e até todos nós concordamos que é importante preservar este ambiente que há em Almada e que face até a algumas circunstâncias e que não é de agora, isto nem sequer é estar a reclamar para nós méritos, que são exclusivamente os próprios almadenses. Há de facto, um espírito abençoado e especial em Almada, que faz que, comparativamente a outros Municípios até com algum perfil sociológico que até poderia ser comparável e que têm dados muito superiores. Eu sei que isto não dá jeito nenhum a certas forças políticas que desejam todos os dias que haja crime grave, que haja pessoas feridas e mortas, porque esse é o seu capital social, como não podem confessar aquilo que de facto defendem, porque é inconfessável por ser de tal maneira imoral e falta de ética, e antidemocrático e racista e tudo o que quiserem, a única esperança que têm é que haja pessoas mortas e feridas. E aí têm o seu capital.

Portanto, ou se respeitam as forças de segurança e se toma a palavra delas como certas, ou então eu estou certa que todos os comandantes que lá estiverem, ficarão satisfeitos de saber, que tanto o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco e o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, acham que eles vieram mentir sobre os dados apresentados.

Relativamente à mentira do Senhor Secretário de Estado, eu não sei quando é que o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, esteve com o Senhor Secretário de Estado da Mobilidade, mas aliás, para dar resposta a um requerimento seu, nós fizemos uma pergunta oficial ao Senhor Secretário de Estado, que eu peço aos serviços que me façam chegar, até para distribuirmos. Eu disse: vão dizer outa vez que nós somos todos mentirosos, e, portanto, pedi ao Senhor Ministro do Ambiente e ao Senhor Secretário de Estado que fizessem uma declaração oficial sobre a extensão do Metro até à Costa da Caparica. Mas eu peço aos serviços que imprimam e sobretudo ponham de forma mentirosa à frente dos olhos do Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco.

Sobre o autoelogio. Eu não vou autoelogiar-me, mas tenho que elogiar este Clube que nos recebe e vou partilhar um orgulho. Para já agradecer ao Vitória Clube Quintinhas, que nos recebe mais uma vez aqui em Assembleia Municipal, e dizer que é um orgulho ter apoiado e continuaremos a apoiar, as obras de reabilitação que aqui foram feitas. Devo dizer que é um gosto aqui entrar, vi o campo lá fora, as pinturas, o vosso Clube está a ficar muito bonito e ainda bem que pudemos dar-vos este apoio para esta obra. Portanto, não é um autoelogio é a



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

partilha de um orgulho e um agradecimento por terem feito esta obra e garanto, voltarei a repetir poder dar-vos apoios para obras tão importantes.”

6.4.9 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara eu peço desculpa se não me fiz entender, eu não disse que o Senhor Secretário de Estado mentiu, mas alguém está a mentir. O que é certo é que a Senhora Presidente para ganhar eleições, fez intervenções, fez outdoors com o Senhor Primeiro Ministro onde diziam que a extensão do Metro à Costa da Caparica. E nós fomos falar com o Senhor Secretário de Estado, e o Senhor Secretário de Estado disse que não há qualquer extensão de Metro para a Costa da Caparica. Portanto, Senhora Presidente, têm que se entender, porque ele nem sequer é do meu partido.”

6.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) usou da palavra para uma interpelação à Mesa, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 47º, do Regimento da Assembleia Municipal em vigor.

6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu acho que isto é um incidente lamentável, porque eu tenho aqui uma funcionária da Câmara Municipal, na intervenção do Deputado Municipal, à sua frente a incomodar, a apresentar não sei o quê, e em que figura do Regimento da Assembleia Municipal isto é permitido.

Portanto, eu peço desculpa Senhor Presidente, que no mínimo possa tentar retratar a senhora funcionária da Câmara Municipal, porque acho que isto é inadmissível.”

6.5.1.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, para dizer que de facto tem razão e que esta situação não pode acontecer.”

6.5.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu peço desculpa, Senhor Deputado Municipal, era com boa intenção, dado que pelos vistos não se consegue imprimir e era no sentido de lhe fornecer a resposta que recebemos ao ofício que volto a referir, eu pedi ao Senhor Ministro para responder e vou passar a ler: “Assunto: Expansão do Metro Sul do Tejo. (processo nº 75.15.01). Encarrega-me o Senhor Ministro do ambiente e da Ação Climática Duarte Cordeiro, de confirmar que o financiamento da expansão do Metro Sul do Tejo, desde a Universidade até à Costa da Caparica, consta da lista de investimentos a financiar pelo Sustentável 2030, Programa Ação Climática e Sustentabilidade PT 2030. O Plano de investimentos do projeto encontra-se em fase de consolidação, com a Autoridade de Gestão do Sustentável 2023, afim de se dar início à construção do respetivo aviso de candidatura. O Ministério do Ambiente e Ação Climática, remeterá a Vossa Excelência para conhecimento dos Órgãos Autárquicos, o referido Plano de Investimento, assim que o mesmo se encontre concluído e nessa sequência encontrar-nos-emos disponíveis para receber todos os contributos que o Município entenda como pertinentes. Com os melhores cumprimentos, a Chefe de Gabinete Catarina Gamboa”.

Eu gostava de lhe ter dado este exemplo e daí peço desculpa, o gesto não foi certo, mais adequando estando ainda por cima o Senhor Deputado a intervir. Eu tenho todo o gosto em ler e dizer-lhe que esta resposta fará parte justamente, do requerimento que o Senhor Deputado Municipal apresentou.

Portanto, permita-me que lhe diga, a sua declaração é mentira.”

6.5.3 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Alguma coisa vai mal no reino do Partido Socialista, porque de facto, ouvindo aqui as intervenções.

Senhora Presidente, dizer-lhe que as Comissões são compostas por todos os partidos com representação nesta Assembleia Municipal. E nós estivemos reunidos com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas Senhor Frederico Francisco, e foi-nos dito, foi-nos afirmado de forma categórica, que não estava previsto a extensão do Metro até à Costa da Caparica. Portanto, com todas estas discrepâncias, tenho que dizer que de facto, alguma coisa vai mal no reino do Partido Socialista.

Em relação à intervenção da Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, ainda bem que compreende o papel de quem está neste lado e saúdo-a por essa capacidade de compreensão. De todas as formas dizer: os senhores fazem uma rotunda, saudação na Assembleia Municipal, fazem um pavilhão saudação na Assembleia Municipal, isto é recorrente. Os senhores têm apresentado inúmeros documentos de saudação, deixe-me dizer-lhe que, se fizessem uma Assembleia Extraordinária na altura em que esteve cá o Papa, seguramente com tantas saudações seriam beatificados. O que os senhores deviam de fazer, era retratar-se sobre todas as promessas, todos os projetos, todos os anúncios que aqui têm feito e que ainda não conseguiram concretizar. Isso é que os senhores deviam de fazer. Porque saudar as obras feitas que são muito poucas, saudar as obras que fazem em Assembleia Municipal, sempre que fazem qualquer obra, isso não faz sentido nenhum. Mas para que é que os senhores foram eleitos? Os senhores gerem esta Câmara Municipal, a vossa responsabilidade é essa e passamos aqui a vida a ouvir criticar as gestões dos executivos anteriores, quando os senhores muito pouco têm feito. Portanto, cada coisa que fazem vêm à Assembleia Municipal e fazem uma saudação. A nossa crítica é essa, nós discordamos inteiramente desse continuo exercício de retórica, que consideramos pura retórica eleitoralista, tão simples quanto isto. E é importante que isto fique registado.

Quando se faz uma obra, ainda bem que a fazem, é essa a vossa responsabilidade, e já agora gostava que a Senhora Deputada Municipal Margarida me dissesse quais são os partidos que fazem tantas saudações às obras feitas pelo Partido Socialista que eu aqui nesta Assembleia Municipal conheço muito poucos.”

6.5.4 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para esclarecer aqui uma coisa que tem a ver exatamente com a reunião da Comissão com o Secretário de Estado das Infraestruturas.

De facto, há uma perceção errada consoante aquilo que é a posição política dos ouvintes, porque falei com dois Deputados Municipais que estiveram nessa reunião, ambos me disseram que a reunião pouco ou quase nada foi sobre essa matéria, e isso é um facto porque não foi sobre isso que foi pedido e não é aquele Ministério que trata da questão do Metro, e o que o Senhor Secretário de Estado disse, foi que não era a área dele e, portanto, não sabia. Portanto, querer passar isso, e agora dizer que o Secretário de Estado disse a mesma coisa, é exatamente o mesmo e que eu referi há pouco, das visitas da 7ª Comissão às forças de segurança que nos dizem que não tem havido aumento de criminalidade e depois virem aqui moções a dizerem que há aumento de criminalidade. Portanto, é um erro claro de perceção consoante a posição política de quem está do lado de cá e de quem ouve aquilo que lhes é dito. Há aqui certamente um problema que teremos de resolver, porque estou a ver que afinal o trabalho das Comissões não deve ser assim tão meritório quando muitos tentam defender. O que é uma pena, porque quando tentamos manipular aquilo que é a informação que é dada em reuniões das Comissões, aquilo que estamos a fazer é denegrir a imagem das Comissões desta Assembleia Municipal.”

6.5.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só muito brevemente. Como devem imaginar eu não vou comentar Comissões e encontro de Comissões onde não estive presente e da qual aliás, não tive sequer qualquer relatório, portanto, não vou comentar.

Agora, eu estou cada vez mais surpreendida com a visão daquilo que é uma função autárquica do Bloco de Esquerda. É verdade que o Bloco de Esquerda não tem grande experiência nem quer ter, porque não aceita sequer exercer qualquer competência nesta área.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas segundo o Senhor Deputado Municipal José Rocha que, eu até o tenho por uma pessoa sensata e democrata, a função de um eleito é, vergar-se perante a critica da oposição enquanto faz coisas boas calar, ficar calado. E sobretudo, permita-me que lhe diga, eu acho que isto é um bocado ofensivo, nem é para nós mas é para todas as famílias e todas as crianças e todos os pais, que com grande satisfação, viram os seus filhos por exemplo, alguns deles poderem continuar na escola em que andavam, e estar a dizer que aquele edifício não é um pré-fabricado, é uma escola feita com todo o rigor, com toda a qualidade e com toda a garantia, ver a alegria dos Dirigentes do Agrupamento, dos professores, neste momento difícil e dos alunos relativamente a este novo equipamento escolar, vê-lo aqui ser tratado quase de barracão e de pavilhão, acho isso ofensivo não é para nós, é para os almadenses, é para os charnequenses, é para aqueles alunos, é para aqueles pais, é para todo aquele pessoal não docente e é para toda aquela comunidade educativa, que e bem, mantendo aliás, o sentido de protesto que estavam a levar, não quiseram deixar de celebrar por ter por fim pela primeira vez, uma resposta de secundário na Charneca de Caparica. Bem-haja aquela comunidade educativa, bem-haja aquela escola, aqueles pais, aqueles alunos, aquele pessoal, e a nossa obra a nossa tarefa, o nosso esforço é para eles e foi para eles que fizemos aquela escola, lamento Senhor Deputado José Rocha, não foi para nos calarmos perante o que a oposição quer dizer. É para eles e mais uma vez, são eles que dão vida aquele espaço.”

6.5.6 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, a Senhora estava a falar para mim, não deve ter ouvido bem o que eu disse. Seguramente, não ouviu bem aquilo que eu disse. Eu volto a repetir aquilo que disse na minha intervenção, ainda assim, tendo em conta a importância desta obra para a comunidade educativa do Concelho, optaremos pela abstenção. Foi o que eu disse, não disse que era um pavilhão, nada disso. O que eu critiquei e volto a repetir e fá-lo-ei sempre nesta Assembleia Municipal de forma reiterada, é a necessidade que os gestores desta autarquia têm, liderados pelo Partido Socialista, de vir constantemente, recorrentemente, a trazer documentos de autoelogio. Foi isso que eu critiquei. A Senhora Presidente não deve ter percebido absolutamente nada daquilo que eu disse.”

6.6 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.6.1 – A Proposta de Recomendação sobre “Cerimónia Oficial para Comemorar o 25 de Novembro” foi rejeitada com 30 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito Independente; 1 abstenção da eleita do PAN e 6 votos a favor, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.6.2 – A Proposta de Recomendação sobre “Grupo de Trabalho para Implementação Urgente de Videovigilância” foi rejeitada com 33 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito Independente; 1 abstenção da eleita do PAN e 3 votos a favor sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.6.3 – A Recomendação sobre “Criação de um Banco Alimentar Animal em Almada” foi aprovada por maioria com 20 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 abstenções sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito Independente.

6.6.4 – A Saudação à “Comunidade Educativa” foi aprovada por pontos, tendo verificado os seguintes resultados:

6.6.4.1 – Os Considerando e ponto 1 da Saudação foram aprovados por unanimidade;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.6.4.2 – O Ponto 2 da saudação foi aprovado por maioria com 20 votos a favor, sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 abstenções, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito Independente.

6.6.5 – A Moção “Contra os Aumentos dos Combustíveis” foi rejeitada com 17 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito Independente; 6 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 14 abstenções sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 da eleita do PAN.

6.6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU), anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.6.5.1.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU absteve-se na votação do texto da moção contra o aumento do preço dos combustíveis, apresentada pelo CDS-PP, pelo facto de entender que a adoção de medidas de redução da carga fiscal sobre produtos de consumo de primeira necessidade, como é o caso dos combustíveis, produtos indispensáveis à vida e que por isso são sempre consumidos independentemente do preço de venda praticado, sem serem adotadas outras medidas que visem a contenção dos preços, tem invariavelmente como resultado o aumento da margem de comercialização e do lucro das empresas que exploram essas áreas de negócio, e não uma redução, ou pelo menos uma contenção dos preços praticados ao consumidor (para além da perda de receita por parte do Estado).

A proposta do CDS-PP visa apenas a exigência de redução da carga fiscal praticada sobre os combustíveis. Uma exigência que, sendo aceitável e desejável, afigura-se, no entanto, manifestamente curta para que possam alcançar-se os efeitos pretendidos: travar e reverter o brutal aumento dos preços a que vimos, novamente, assistindo no nosso país.

A CDU entende que a medida mais importante neste domínio, e que se impõe com urgência, é o estabelecimento pelo Governo de um teto máximo para o preço de comercialização de todos os combustíveis, enquadrando nessa medida a política fiscal a praticar.

Por esta razão a CDU optou pelo voto em abstenção nesta proposta do CDS-PP.”

6.6.6 – A Moção “Contra os Aumentos Incomportáveis na Fatura da Água em Almada” foi rejeitada com 20 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito Independente; 16 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 1 abstenção da eleita do PAN.

6.6.7 – A Moção “Criação e Requalificação de Mais Espaços Verdes no Concelho” foi rejeitada com 20 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito Independente; 17 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.

6.6.8 – A Moção “Manutenção das Passadeiras para Peões” foi rejeitada com 20 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito Independente; 17 votos a favor sendo 10



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.

6.6.9 – A Moção “Pela Criação da Residência do Professor” foi rejeitada com 17 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito Independente; 7 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 13 abstenções sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD.

6.6.9.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU) anunciou que apresentaria uma Declaração de voto por escrito.

6.6.9.1.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU absteve-se na votação do texto da moção relativa à criação de uma residência do professor em Almada, apresentado pelo CDS-PP, não obstante considerar que a questão colocada pelo documento, em si mesma, é portadora algum mérito – a preocupação com as condições de alojamento oferecidas aos professores deslocados é, obviamente, legítima e importante –, mas a fundamentação da proposta apresentada pelo CDS-PP é muito insuficiente.

O texto não assenta numa avaliação objetiva e rigorosa sobre as necessidades efetivas sentidas em Almada neste âmbito – qual é o número de professores deslocados colocados nas escolas de Almada, mais do que isso, qual o número, entre esses professores, que necessitam efetivamente de uma habitação, entre outros aspetos –, restando, ao mesmo tempo, muitas dúvidas de que uma “Casa do Professor”, que não pode presumir-se que seja outra coisa senão uma resposta do tipo alojamento coletivo, constitua uma solução viável para eventuais problemas específicos de habitação dos professores.

Por outro lado, a CDU entende que o problema de habitação dos professores não pode dissociar-se do problema da habitação em mais larga escala de toda a população, e não será seguramente uma “Casa do Professor” que irá, sequer, contribuir para essa solução.

Por esta razão, a CDU optou pelo voto de abstenção na moção apresentada pelo CDS-PP. Mas não sem reiterar que, como é amplamente conhecido, os professores são hoje vítimas de um sistema nacional que gere as suas carreiras profissionais – em que as dificuldades de habitação são um dos aspetos evidentes –, que se encontra profundamente desadequado, que é verdadeiramente injusto, e que carece, por isso, de urgente alteração no sentido do pleno respeito e consideração, que esta atividade essencial de todos os profissionais de educação, justifica e merece.

Nesse contexto, a CDU expressa, não apenas toda a sua solidariedade pela luta dos professores por melhores e mais dignas condições para o exercício da sua profissão, como não hesitará em continuar a propor, em sede própria, a adoção pelo Governo e pelo Estado, das necessárias medidas que permitam superar os problemas com que os professores atualmente se confrontam.

6.6.10 – A Moção “Pela Melhoria da Rede de Escolas no Concelho de Almada” foi rejeitada por maioria com 19 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias e Junta de Freguesia que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 18 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito Independente.

6.6.11 – A Moção “Em Defesa do Serviço Nacional de Saúde Público, Universal e Gratuito” foi votada por pontos tendo-se verificados os seguintes resultados:

6.6.11.1 – Os Considerandos e os pontos 1, 2 e 3 foram aprovados por unanimidade;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.6.11.2 – O ponto 4 foi aprovado por maioria com 18 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito Independente; 3 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 16 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.6.11.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.6.11.3.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-Partido Popular sempre defendeu que o Serviço Nacional de Saúde deve ser objeto de investimento estrutural e deve abranger o maior número de população possível a fim de colmatar assimetrias no que diz respeito aos cuidados básicos e de assistência na área da saúde que todos devem ter direito.

A sua universalidade não deve ser por uma questão de justiça, gratuita, pois o princípio deve ser a diferenciação e discriminação positiva entre aqueles que mais possuem e aqueles que com menos posses, não devem ficar privados do acesso aos cuidados médicos e de assistência.

O sector deve ser financiado de forma equilibrada e sustentável direcionando os recursos e as suas fontes nas áreas onde a falta de investimento mais se faça sentir.

O panorama atual é, sem dúvida, mau no que respeita ao acesso à saúde por parte dos portugueses, onde milhares de pessoas persistem sem ter médico de família, outros sem acesso aos serviços ou mesmo aos centros de saúde, consultas e cirurgias adiadas, tal como a juntar às constantes reivindicações dos profissionais quer médicos quer enfermeiros que lutam arduamente para conquistar os seus direitos.

A tudo isto, o CDS-Partido Popular defende mais investimento e uma política verdadeiramente estrutural na saúde, onde governo, sindicatos e profissionais possam prosseguir a uma só voz, tendo como principais destinatários os utentes do Serviço Nacional de Saúde que aspiram a melhores cuidados e um acesso livre de burocracia e de entraves.”

6.6.12 – A Saudação à “Seleção Nacional de Futsal Sub-19 e a Tomás Colaço” foi aprovada por unanimidade.

6.6.13 – A Moção “Assegurar o Direito à Habitação. Exigir ao Governo Medidas para Reduzir o Valor das Rendas e das Prestações ao Banco” foi aprovada por maioria com 17 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 20 abstenções sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito Independente.

6.6.14 – O Voto de Saudação “Pela Inauguração do Edifício do Ensino Secundário da Escola Carlos Gargaté” foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente; 116 abstenções sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.6.14.1 – Os Senhores Deputados Municipais João Eduardo Geraldês (CDU) e António Pedro Maco (CDS-PP) anunciaram que apresentariam Declarações de Voto por escrito.

6.6.14.1.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-Partido Popular também concorda com a ideia de que a educação constitui um alicerce estratégico e essencial quer para o desenvolvimento individual, quer para o desenvolvimento societário, que sustém o presente e alavanca o futuro.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Assim, no seu seguimento todo o investimento direcionado para a educação e ensino deve estar na linha da frente das opções dos executivos quer ao nível nacional quer ao nível local, ainda mais com o reforço das competências e atribuições para os municípios.

A inauguração do novo anexo na escola Carlos Gargaté na localidade da Charneca da Caparica, vem colmatar algumas deficiências ao nível da oferta de ensino secundário um pouco por todo o concelho, situação que é urgente resolver.

A atratividade de cada município depende em muito, além de outras áreas, da oferta e da resposta que cada um tem disponível no que respeita ao ensino e à educação. Um concelho com boas infraestruturas, com bons acessos, com transportes e horários regulares, com segurança e com um quadro de professores e auxiliares preenchido, devem fazer parte dos objetivos das políticas de educação do Estado de direito.

Em Almada, muito ainda há por fazer no que respeita à educação. Infraestruturas, professores, acessos, novos equipamentos, nomeadamente os desportivos e adaptados, auxiliares são reivindicações e metas a atingir.

Desta forma, o novo anexo da escola Carlos Gargaté, não deve deixar nem ministro eufórico nem a restante comunidade educativa satisfeita, pois não resolve de todo, os problemas da falta de resposta e oferta para os alunos da freguesia que têm de se deslocar para outros pontos do concelho quando poderiam estudar perto da sua residência.

O CDS-Partido Popular não louva o otimismo exacerbado do Governo e da câmara socialista e social democrata (coligação) de Almada, nem pactua com o branqueamento dos argumentos pobres e falaciosos de que ou tudo está a ser feito ou do que há por fazer foi culpa da pandemia ou de governos do passado.

O CDS-Partido Popular exige mais investimento e um ministério e um ministro que saiba ouvir os professores, os encarregados de educação e, muito importante, que não se substitua nem queira tomar o papel dos pais e de encarregados de educação em matéria que não lhe está dado o direito de se imiscuir, muitas das vezes, potenciadores de emitir e de direcionar certos padrões de vida desaconselháveis aos pais, mas que, arbitrariamente, o Estado tende a impor e legitimar.”

6.6.14.1.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU votou em abstenção a proposta de voto de saudação pela inauguração do edifício do ensino secundário da Escola Básica Carlos Gargaté, apresentada pelo PS, por entender que o texto proposto corresponde com rigor milimétrico, àquilo que o PS – particularmente o PS em Almada –, melhor sabe fazer: o autoelogio balofo, mas também serôdio, acompanhado por uma pitada quanto baste de aproveitamento demagógico, por vezes mesmo hipócrita, do pouquíssimo trabalho que, sendo sua responsabilidade, é afinal capaz de concretizar.

Relativamente à inauguração das salas de aula para alunos do ensino secundário na Escola Carlos Gargaté, na Charneca de Caparica, a CDU tem reafirmado em permanência e com o destaque que a situação exige, a imperiosa necessidade de assegurar a oferta de ensino secundário na Freguesia da Charneca de Caparica.

A CDU mantém-se na primeira fila da exigência da construção de raiz de uma escola secundária, com capacidade para responder às necessidades reais da população escolar neste nível de ensino, que segundo os dados disponíveis rondará os 1500 alunos, considerando que a introdução de medidas puramente paliativas, que não respondem às necessidades objetivas, mas servem para as mascarar, concorrem objetivamente para o adiamento de uma solução global que se exige há largo tempo.

A posição de abstenção invariavelmente expressa pela CDU nesta matéria – como aconteceu relativamente à proposta de saudação hoje apresentada pelo PS –, justifica-se porque a CDU não alinha, declaradamente, numa postura que elege o conceito “mais vale pouco que nada” como bandeira bem desfraldada e encimada pelos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

proponentes, remetendo, no entanto, para muito longe a resolução os problemas e necessidades concretas dos charnequenses e dos almadenses.

No texto apresentado, o PS até parece querer concordar com a CDU, escrevendo a dado passo que "defende" essa solução global; a constatação que fazemos é de profunda incoerência e enorme distanciamento à realidade, soando esta afirmação como mera declaração de circunstância para tentar "enganar o pagode": se o PS defende, como afirma, a solução que passa pela construção de um equipamento escolar de raiz na Charneca de Caparica, por que razão não a põe em prática? Porque o PS, que assim escreve, detém todos os instrumentos necessários à concretização daquilo que diz defender: tem maioria absoluta na Assembleia da República; tem o Governo da República; tem maioria nos órgãos municipais; e tem maioria nos órgãos de Freguesia.

Perguntamos: o PS "defende" essa solução global perante quem? Perante si próprio? Ou perante uma entidade superior qualquer que não descortinamos qual seja? Diríamos, numa voz popular, que de declarações de boas intenções está o inferno cheio...

Por estas razões, e apenas por estas razões, a CDU absteve-se na votação da proposta de autoelogio que o PS Almada nos propôs hoje nesta Assembleia Municipal."

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, para apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento da Assembleia Municipal;

7.1.1 – Para apresentar o Relatório da 5ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU);

7.1.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luisa Rodrigues (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Durante o 1º semestre de 2023 foram realizadas oito reuniões e três visitas a bairros sociais, nomeadamente, Bairro do Rato e Rua Professor Ruy Luís Gomes, no Laranjeiro e Rua da Bela Vista no Pragal.

As visitas foram acompanhadas pelos presidentes da União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó e da União de Freguesias de Almada, Pragal, Cova da Piedade e Cacilhas.

As visitas na freguesia do Laranjeiro tiveram também o acompanhamento de técnicos do município.

Estas visitas tiveram como objetivo conhecer a situação em que se encontram os bairros/habitações sociais de responsabilidade do município e do IHRU, e quais os problemas identificados pelos moradores.

Prevê-se a continuidade desta atividade no segundo semestre.

Realizaram-se reuniões, a pedido da 5ª Comissão Permanente, com as seguintes entidades:

- Comissão de utentes da saúde do concelho de Almada

Apresentados vários problemas como a sobrecarga dos profissionais de saúde, o número de utentes sem médico de família, deficit na resposta da consulta de urgência em alguns centros de saúde, a saúde pública continua aquém das necessidades.

Reconhecem, contudo, que tem havido no ACES um investimento na qualidade das respostas.

Consideram urgente a abertura do centro de saúde do Feijó para a população do concelho.

- Hospital Garcia de Orta

Estas reuniões são realizadas trimestralmente por acordo da 5ª Comissão e do Conselho de Administração do Hospital.

Foram abordadas questões relativamente ao encerramento de urgências pediátricas e constrangimentos da urgência geral, atualização sobre o ataque informático recentemente ocorrido, articulação e protocolos na resposta dos cuidados continuados, recuperação das listas de espera em cirurgia e consulta externa, ocorrência de externa, ocorrência de pedidos de escusa por parte dos profissionais de saúde, hospital domiciliário, contratos de gestão, respostas na área da saúde mental e criação das ULS.

- GNR e PSP

Esta reunião teve como ordem de trabalhos a intervenção na área do bem-estar animal no concelho.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Foram apresentadas as formas de atuação das forças de segurança nesta área, qual e como ocorre a articulação com o ministério público, a articulação com as organizações que atuam em Almada, tipologia e número de denúncias, limitações de resposta e de espaços para acolher os animais.

Foi ainda sublinhada, a necessidade de existência de uma intervenção integrada e coordenada em que todas as entidades que intervêm nesta área estejam representadas.

- ACES Almada/Seixal

Iniciou-se esta reunião com uma apresentação do ACES, pelo Dr. Alexandre Tomás, apresentação esta que posteriormente foi disponibilizada aos deputados municipais da 5ª Comissão.

Abordaram-se questões como as condições das instalações nas unidades de saúde, transferência de competências para a Câmara, falta de médicos de família, consulta do dia (urgência), horários desta consulta, acesso dos imigrantes às consultas, respostas da saúde escolar, cuidados continuados e paliativos, respostas de saúde mental, psicologia, unidade de saúde da Costa da Caparica e da Trafaria, articulação com o HGO e vantagens e constrangimentos da criação das ULS.

- Vereador da Habitação

A pedido da 5ª Comissão Permanente, realizou-se reunião com o Dr. Filipe Pacheco e técnicos do departamento de habitação sobre a situação na Banática e a intervenção nos bairros sociais de responsabilidade da CMA.

Foram colocadas e debatidas questões no âmbito da resposta para os habitantes da Banática através do protocolo com o IHRU, programa Porta de Entrada, conservação e manutenção da esarpa, número de fogos intervencionados, número de famílias realojadas e empreitadas lançadas em 2023, sustentabilidade dos edifícios, candidaturas ao PRR e situação atual do 2º Torrão.

Atividade pendente:

Reunião com o IHRU, não obstante as várias insistências.

Reunião com o Ministério Público.

Encontra-se agendada reunião da 5ª Comissão para dia 28 de setembro para retoma dos trabalhos.”

7.1.2 – Para apresentar o Relatório da 7ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS).

7.1.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A 7.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Almada – Direitos dos cidadãos, Proteção Civil e Segurança - doravante designada por Comissão – realizou seis reuniões/visitas às Forças de Segurança e às Corporações de Bombeiros e Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários presentes no território do concelho de Almada, no período em apreço do presente relatório, sendo o objetivo principal dessas reuniões/visitas conhecer as entidades na área da segurança e proteção civil com competências e presentes no território do concelho de Almada.

As visitas ocorreram nos meses de março e abril do presente ano, nas seguintes datas:

7 de março | Comando da Divisão Policial de Almada da PSP - Nesta visita, o Comandante da Divisão teve oportunidade de apresentar aos deputados municipais presentes os meios operacionais de que dispõe a Divisão de Almada e a forma como está organizado o dispositivo policial no território, assim como abordar a evolução dos dados da criminalidade no concelho, que na área de competência desta força de segurança têm apresentado uma diminuição. Foi igualmente partilhada a preocupação com a dificuldade no recrutamento para agentes da PSP que se tem verificado nos últimos anos, que se reflete obrigatoriamente na média de idades do atual efetivo.

21 de março | Direção da Associação Humanitária e Comando dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas – Os deputados municipais foram recebidos pelo Comandante da Corporação de bombeiros e pelo Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e membros da sua direção. Foram apresentadas as principais valências, o funcionamento e a estrutura desta que é a maior Corporação dos Bombeiros Voluntários do concelho, em termos de efetivo e área de responsabilidade atribuída. Foram abordadas questões relacionadas com o novo contrato-programa entre a Câmara Municipal de Almada e as 3 Associações Humanitárias de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Bombeiros Voluntários para o triénio 2023-2025 e com as Equipas de Intervenção Permanente criadas nesta AHBV.

22 de março | Comando do Posto da Polícia Marítima da Costa de Caparica – A Comissão foi recebida nas instalações da Polícia Marítima, localizadas na Costa da Caparica, pelo Comandante Regional da Polícia Marítima do Centro, o qual fez uma apresentação global sobre a missão e as competências da Polícia Marítima, nas vertentes de *safety* e de *security*, nomeadamente na cooperação que é feita com a Câmara Municipal de Almada e outros agentes com competências nestas áreas, em concreto em matéria de vigilância das praias. Houve ainda oportunidade para apresentar aos deputados municipais presentes os meios operacionais utilizados por esta força policial na prossecução da sua missão.

4 de abril | Direção da Associação Humanitária e Comando dos Bombeiros Voluntários da Trafaria – Nesta visita, o Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trafaria começou uma breve apresentação da história da associação e alguns projetos em curso. O Comandante da Corporação de bombeiros, após visita às instalações e meios existentes, apresentou a evolução e o atual quadro de bombeiros, dando nota dos desafios que enfrenta com a redução no número de bombeiros voluntários que se tem verificado nos últimos anos.

5 de abril - Comando do Destacamento Territorial de Almada da GNR – A Comissão foi recebida pelo Comandante do Destacamento, iniciando a visita por uma apresentação referente aos meios operacionais e humanos que compõem o referido destacamento, evidenciando as diferenças concretas das localidades do concelho nas quais a GNR é a força de segurança territorialmente competente, o que obriga a diferentes abordagens e técnicas de patrulhamento e investigação. Foi feita referência à recente passagem de Posto a Subdestacamento territorial da Charneca de Caparica, alteração feita com base em critérios operacionais relacionados com o aumento substancial da população residente naquele território e na diversidade em termos socioeconómicos dessa mesma população. Este aumento populacional foi apontado como o único fator que justifica o ligeiro aumento de criminalidade verificado nos últimos anos, sendo que os valores da criminalidade *per capita* são semelhantes a anos anteriores. Houve ainda oportunidade de conhecer as instalações do destacamento e as diferentes valências presentes num destacamento, assim como os meios operacionais disponíveis.

11 de abril | Direção da Associação Humanitária e Comando dos Bombeiros Voluntários de Almada – A Presidente da Associação Humanitária de Bombeiros voluntários de Almada começou por apresentar o trabalho da associação, nomeadamente no papel fundamental que a associação tem no apoio ao trabalho e operacionalidade do corpo de bombeiros. Por sua vez, o Comandante da Corporação de bombeiros evidenciou o trabalho de coordenação que é feito com o serviço municipal de proteção civil e as restantes corporações de bombeiros existentes no concelho, nomeadamente na implementação da central única de atendimento, na qual está diretamente envolvido. Referiu ainda que, apesar das melhorias no contrato-programa aprovado recentemente, ainda existem alguns aspetos a melhorar, nomeadamente na necessidade de fazer adequar a aprovação destes instrumentos de financiamento ao calendário e prazos previstos para a entrada em vigor do mesmo, de forma a evitar constrangimentos de liquidez financeira da associação, que tem implicação direta no regular funcionamento da própria corporação de bombeiros.”

7 – A terminar os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal expressou um agradecimento ao Vitória Clube Quintinhas, Charneca de Caparica, pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca da 00H30, deu-se por concluída a primeira Reunião da Sessão Ordinária de setembro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na segunda Reunião, prevista para 22 de setembro, pelas 21H15.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Gabriel Machado da Rosa, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, Mara Rita Martins, Catarina de Matos Pé-Curto e Filipa Lourenço Cruz.

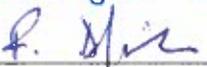


MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

10 – Foi verificada a presença de cerca de quarenta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____ 

O 1º SECRETÁRIO _____ 

A 2ª SECRETÁRIA _____ 